

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007**

**Área Temática: PAA e SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

## Índice

<b>A era do alimento barato pode estar no fim</b> - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2007.....	4
<b>Ministro participa de abertura da III Conferência Nacional do Consea no Ceará</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 02/07/2007 .....	6
<b>Programa brasileiro que compra alimentos da agricultura familiar pode ser implantado em países da América Latina</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2007 .....	7
<b>Tema deve ser incluído nas decisões macropolíticas, cobra Conferência</b> - Verena Glass - Carta Maior – 04/07/2007 .....	8
<b>Cana toma espaço de alimentos</b> - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007 .....	10
<b>Cassel destaca importância da agricultura familiar para soberania alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 04/07/2007 .....	12
<b>MDS apóia projetos em Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 04/07/2007 .....	13
<b>Reforma agrária e agroecologia são destaque de Conferência em Fortaleza</b> - Verena Glass - Carta Maior – 05/07/2007 .....	13
<b>"Choque agrícola" eleva inflação em SP</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007.....	15
<b>PAA é tema de debate em oficina da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</b> - Sítio Eletrônico do MDS – 05/07/2007 .....	17
<b>Lula defende etanol e descarta risco de falta de alimentos</b> - João Caminoto e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007 .....	18
<b>Ritmo intenso de trabalho marca o penúltimo dia de Conferência, em Fortaleza</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007.....	19
<b>Sonho realizado</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007.....	20
<b>Participação popular marcou a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007 .....	21
<b>Alimentos pesam na inflação</b> – Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 07/07/2007 ....	22
<b>Efeito etanol torna ovos mais caros</b> - Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 07/07/2007 .....	24
<b>Lula defende uma 'ação humanitária' na OMC</b> – Deborah Berlinck - O Globo – Economia – 07/07/2007.....	25
<b>A magia do Brasil nos bastidores da Conferência</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 07/07/2007 .....	26
<b>Etanol não encareceu alimentos</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007 .....	27
<b>Conferência de Segurança Alimentar termina com aprovação da Carta de Fortaleza</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 09/07/2007 .....	30
<b>Alimentos puxam alta do IPCA no semestre</b> – Valor Econômico – Brasil - 09/07/2007	31
<b>Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2007 .....	31
<b>Gestores estaduais avaliam Programa de Aquisição de Alimentos</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2007 .....	35
<b>Restaurante popular e o direito à alimentação</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2007 .....	36

## **Segunda Quinzena**

<b>Fazenda diz que leite e milho vão continuar pressionando inflação</b> – Julianna Sofia – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007.....	38
<b>Programas brasileiros de combate à fome ultrapassam fronteiras do País</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 18/07/2007.....	38
<b>Agricultores paranaenses destacam importância do PAA no apoio à agroecologia</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 18/07/2007 .....	39
<b>Alimentação e dever do Estado</b> - Patrus Ananias e Chico Menezes – Carta Maior – 19/07/2007 .....	41
<b>Diretrizes para a segurança alimentar</b> - Renato S. Maluf – Carta Maior – 20/07/2007 ..	42
<b>O apagão dos alimentos</b> – Odemiro Fonseca – O Globo – Opinião – 23/07/2007 .....	46
<b>Frei Betto ataca biocombustíveis</b> - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – 24/07/2007 .....	47
<b>Frei Betto critica 'necrocombustíveis'</b> – Gerson Camarotti – O Globo – Economia – 24/07/2007 .....	48
<b>Anvisa abre consulta sobre critérios para alimentos com transgênicos</b> - Natalia Suzuki - Carta Maior – 26/07/2007 .....	49
<b>MST propõe ao Ministério do Desenvolvimento Social expansão do Programa de Aquisição de Alimentos</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 26/07/2007 .....	51
<b>Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007 .....	51
<b>Não recuar</b> – O Globo – Opinião - Editorial – 28/07/2007.....	53
<b>Boa demanda por alimentos e bens duráveis</b> - Ivana Moreira e Carolina Mandl – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2007 .....	53

**A era do alimento barato pode estar no fim** - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2007

Para especialistas, explosão dos biocombustíveis e do consumo dos chineses pode fazer explodir os preços

Os catastrofistas avisam: acabou a era da comida barata. O boom dos biocombustíveis e o enriquecimento dos chineses estão por trás do mais recente bicho-papão dos economistas, a “agflação”, termo que descreve a inflação de produtos agrícolas. Historicamente, a tendência dos preços dos alimentos é de queda, por causa dos ganhos em produtividade provenientes de avanços tecnológicos. Mas o aumento da demanda por grãos para produzir biocombustíveis e o crescimento no consumo de proteínas na China podem ter acabado com essa fase de pechinchas.

Os preços dos alimentos estão subindo em ritmo preocupante na Europa, China, Índia e nos Estados Unidos. Neste ano, a inflação dos alimentos deve ficar em 4% nos EUA, ante 2,5% em 2006. Será a maior inflação de alimentos em 17 anos. O preço do frango industrializado subiu 30% em um ano nos EUA. Na Europa, o preço da manteiga subiu 40%. O trigo está sendo negociado a preços recordes no mercado futuro. Na China, o porco subiu 20% em 2006 e o índice de preços de alimentos na Índia subiu 11%. No México, o aumento de 60% no preço das tortilhas causou protestos. O café da manhã de milhões de americanos está mais caro. A Kellogg’s e outros fabricantes de cereais anunciaram reajustes e o leite deve subir 14% neste ano.

Nos EUA, o maior vilão é o etanol. O boom de etanol aumentou muito a demanda por milho, que chegou ao preço recorde de US\$ 4,10 por bushel, ante US\$ 2,40 há um ano. E, apesar de as pessoas comerem pouco milho diretamente, ele é parte essencial de vários alimentos. É principal componente da ração de porcos, bovinos, frangos, o que leva a aumento de custos de criação desses animais e afeta derivados como ovos, manteiga e leite. Até a Coca-Cola leva milho, como adoçante.

“Leite, milho, ovos, carne, sorvete e iogurte de uma geladeira típica são todos feitos de milho, em última instância. Nossas geladeiras são recheadas de milho”, exemplifica o economista Lester Brown, presidente do Earth Policy Institute. Daí os efeitos em cadeia.

Mas a reação em cadeia não pára por aí. Com o preço do milho em alta, mais e mais agricultores trocam o cultivo de soja e algodão por milho. Resultado: com menor produção, sobem também os preços da soja e do algodão. Como os EUA respondem por mais de metade das exportações mundiais de grãos, os preços acabam afetados.

Na Europa, o aumento de produção de canola e soja para biodiesel é que está por trás da agflação. Para agravar o problema, vem o batalhão de chineses que estão saindo da zona de pobreza e passam a consumir carnes, aumentando a demanda de grãos para alimentar animais.

Os preços estão subindo tanto que deram origem até a um lobby antietanol. Por muito tempo, o etanol foi unanimidade nos EUA. Era visto como a salvação do meio ambiente e o fim da dependência do petróleo de nações pouco amigáveis. Mas hoje em dia não é mais só o presidente cubano Fidel Castro que vitupera contra o etanol.

Nos EUA, associações de produtores de peru, porco, frango e carne bovina estão engajadas em um lobby pesado no Congresso para reduzir os subsídios do etanol de milho. A Associação dos Produtores de Carne Bovina pede também a eliminação da tarifa de importação sobre o etanol brasileiro, uma maneira de aumentar a entrada de etanol de cana e reduzir a demanda doméstica por milho para produzir o combustível.

A grande questão é: esses aumentos vieram para ficar, haverá uma mudança estrutural nos preços de alimentos por causa da nova demanda por biocombustíveis ou trata-se de algo temporário, que vai se ajustar com uma maior oferta, tal como ocorre quando problemas climáticos afetam as colheitas?

André Nassar, presidente do Icone, acha que se trata de uma mudança conjuntural. “O milho vai ficar mais caro por um bom tempo, mas acho que não se trata de uma alta estrutural nos preços dos alimentos”, diz. “Há regiões no mundo onde pode haver grande expansão de produção, como o Brasil, mas isso no médio prazo, claro, não no ano que vem.”

Especialistas apontam o Brasil como o país com estoque de terras férteis disponíveis. No País, a expansão da produção de etanol de cana não pressiona os preços dos alimentos. Para Lester Brown, o Brasil teria, de fato, bom potencial para expansão de produção de soja e milho, mas não de trigo e arroz, por motivos climáticos. Segundo ele, as pessoas estavam acostumadas com altas temporárias nos preços agrícolas, por causa de uma seca ou enchente, por exemplo. Mas agora a mudança pode ser permanente. “O preço da comida vai subir com o do petróleo”, disse Brown. Recentemente, ele foi chamado ao Senado americano para uma audiência sobre os efeitos dos biocombustíveis nos preços mundiais de alimentos.

Ephrain Leibtag, especializado em preços de alimentos do Departamento de Agricultura dos EUA, afirma que, ao lado da demanda de etanol, a alta nos preços de energia também tiveram papel importante na inflação dos alimentos. Ele não acredita que haja uma mudança estrutural. “Acho que não vai perdurar, principalmente porque etanol de milho não é eficiente no longo prazo; deverão mudar para outros combustíveis”, disse ele, ao Estado. A alternativa seriam importação de etanol de cana do Brasil ou etanol celulósico nos EUA, quando se tornar viável comercialmente.

Bruce Babcock, diretor do Centro de Desenvolvimento Agrícola da Universidade de Iowa, acha que a mudança pode ser para valer. “Se os EUA mantiverem políticas de incentivo ao etanol, haverá mudança estrutural nos preços, que se acomodarão em nível mais alto”, disse Babcock, que estuda o impacto dos biocombustíveis nos preços dos alimentos. “Nós não chegamos a esse nível e os preços vão continuar subindo.”

## **Ministro participa de abertura da III Conferência Nacional do Consea no Ceará – Sítio Eletrônico do MDA – 02/07/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa nesta terça-feira (3) da abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, juntamente com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O evento será em Fortaleza (CE), no Centro de Convenções Edson Queiroz, e deve reunir até sexta-feira (6) cerca de dois mil participantes, como especialistas, representantes de governo, da sociedade civil e de conselhos de segurança alimentar municipais e estaduais.

Esse é considerado o maior evento mundial sobre segurança alimentar e nutricional. Delegações de todos os estados brasileiros e representantes de 12 países – entre eles, Itália, Espanha, Portugal, Argentina, México e Angola – estarão reunidos na capital cearense. O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Francisco Antônio Fonseca Menezes, participam da abertura.

A III Conferência, após outras duas realizadas em 1994 e em 2004, tem o tema: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Uma das metas do encontro é avaliar os impactos do modelo de desenvolvimento na produção de alimentos saudáveis e na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional da população.

Entre os assuntos em debate estarão o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o agronegócio, os alimentos transgênicos e a transposição do Rio São Francisco. Programas de transferência de renda, reforma agrária, agricultura familiar e alimentação escolar são outros temas em pauta. Também serão avaliadas as ações e políticas públicas de erradicação da fome e da pobreza e apresentadas as experiências e projetos que mais se destacaram no País e no exterior.

### **Orientação para os próximos anos**

Para o representante do MDA no Consea, Arnaldo Campos, a III Conferência tem como desafio definir novas diretrizes e novas prioridades para a política de segurança nacional. “É um marco histórico para o País, porque estarão presentes conselheiros do Brasil inteiro, militantes da segurança alimentar de organizações da sociedade civil e de instituições governamentais vindos de municípios, dos estados e do Governo Federal. Eles vão dar os subsídios ao governo para orientar as políticas públicas para os próximos anos”, avalia.

Campos destaca o papel protagonista dos agricultores familiares e da reforma agrária na segurança alimentar e nutricional dentro do Consea. “Na visão da maioria dos conselheiros, a agricultura familiar tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar brasileira. Sempre que se fala em segurança alimentar, se fala também em fortalecimento da agricultura familiar. É isso o que tem garantido a maior qualidade das políticas voltadas à produção de alimentos”.

Dentre as ações com esse foco, o representante do MDA no Consea destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), as iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizado em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

### **Política nacional**

As resoluções da III Conferência servirão como subsídio para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e serão encaminhadas às autoridades governamentais. Durante os quatro dias de evento, serão lançados os princípios fundamentais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), criado conforme exigência da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), de setembro de 2006. O Sisan integrará os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil e iniciativa privada para a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A III Conferência é organizada pelo Consea e pelo MDS. O Centro de Convenções está localizado na Avenida Washington Soares, 1.141, Bairro Edson Queiroz, em Fortaleza (CE).

### **Programa brasileiro que compra alimentos da agricultura familiar pode ser implantado em países da América Latina – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2007**

Representantes do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e do Organismo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) discutem nesta terça-feira (03/07), em Fortaleza (CE), com dirigentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), formas de levar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, do governo brasileiro, a países da América Latina e do Caribe. A reunião antecede a abertura da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que começa amanhã e vai até sexta-feira na capital cearense.

"A repercussão do esforço brasileiro tem sido reconhecimento por várias nações", destacou o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, durante entrevista concedida hoje em Fortaleza. Em relação à iniciativa que compra a produção da agricultura familiar e distribui os alimentos a famílias, instituições socioassistenciais e escolas, Ruano informou também que a meta é integrá-la ao Programa de Alimentação Escolar. "É a valorização da produção local - é o pai, agricultor familiar, produzindo para alimentar o filho", explicou.

O secretário lembrou ainda que o governo ampliará a alimentação escolar para alunos do ensino médio da rede pública de ensino de todo o País, beneficiando mais 8 milhões de estudantes. Atualmente, 36 milhões de crianças do ensino fundamental são atendidas diariamente pelo programa. A entrevista teve a presença do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, e da presidente do Consea do Ceará, Regina Miranda.

O impacto do Bolsa Família no acesso à alimentação também foi destacado pelo secretário do MDS. Ruano utilizou-se dos resultados da avaliação nutricional realizada em 2005, que avaliou 17 mil crianças de 0 a 5 anos na região do Semi-Árido, para mostrar que a diferença entre crianças com quadro de desnutrição entre famílias atendidas e não atendidas pelo programa foi de 62%, na faixa etária de seis meses a um ano.

**Avanços:** A representante do Consea estadual relatou os encontros que antecederam a Conferência, quando Municípios se reuniram em 11 preparatórias, com a presença de mais de 1.500 pessoas. Em seguida, o presidente do Conselho Nacional, Chico Menezes, destacou alguns dos principais pontos que estarão na pauta do encontro, como ampliação da

merenda escolar, transposição do Rio São Francisco e transgênicos. “São questões polêmicas, mas que precisam ser discutidas”, comentou.

Segundo Onaur Ruano, para se chegar a esse momento, muitos foram os avanços históricos pela democratização das condições de alimentação, mas o debate que vai nortear o evento é que refletirá o que realmente pensa o povo. “A partir do que for deliberado, vamos construir as próximas ações”, garantiu.

O secretário do MDS destacou, ainda, a disposição do Governo Federal ao apoiar a reconstituição do Consea, em 2003, a partir da qual foi possível retomar as articulações com a sociedade civil e realizar duas conferências de segurança alimentar, em 2004 e agora em 2007. A primeira havia ocorrido dez anos antes, em 1994. “A aprovação e sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), em 15 de setembro de 2006, comprova essa prioridade”, completou ele. A Losan foi resultado dos debates realizados na conferência de 2004.

### **Tema deve ser incluído nas decisões macropolíticas, cobra Conferência - Verena Glass - Carta Maior – 04/07/2007**

Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, aberta por Lula, pauta temas polêmicos, como transgênicos, agrocombustíveis e transposição, e quer mais peso na elaboração das estratégias nacionais de desenvolvimento.

FORTALEZA – A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância que, dentro da política de macrodebates setoriais do governo, deve elaborar as propostas relativas às políticas públicas que garantam a produção e o acesso adequado ao alimento de qualidade no país, foi aberta no final da tarde de terça-feira (3) pelo presidente Lula, em Fortaleza, e está se configurando como um interessante retrato da relação do governo com a sociedade civil no quesito políticas sociais.

Para abrir o evento com um impacto positivo, Lula anunciou duas medidas de incremento de carros-chefe de sua agenda social: o reajuste do Bolsa Família em 18,25% – o valor sobe de R\$ 50 para R\$ 58 – e a inclusão dos alunos de ensino médio como beneficiários da merenda escolar. Também prometeu mais investimentos no programa Luz para Todos, e garantiu que “até 2010, vamos acertar com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) a instalação da rede de esgoto e água potável em 90% das comunidades indígenas e em pelo menos metade das terras quilombolas”.

Com cerca de dois mil participantes de todo o país – representantes de diversas organizações ligados ao tema da segurança alimentar, indígenas, quilombolas, assentados etc –, a Conferência recebeu positivamente o discurso do presidente, mas, de acordo com o documento-base que pautará os debates do encontro nos próximos três dias, quer ir muito além das políticas sociais nas negociações com o governo. Ou seja, o que a Conferência cobra do Executivo é a incorporação dos objetivos de segurança alimentar e nutricional na definição da estratégia nacional de desenvolvimento.



O primeiro princípio a ser adotado na política nacional de segurança alimentar, de acordo com o documento do evento, é “garantir a todos alimentação adequada e saudável, conceituada como a realização de um direito humano básico”, que deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e sabor, e “às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados”.

Incluída já na conceituação de “alimentação adequada”, a rejeição aos transgênicos é um dos itens que, desde a última Conferência do setor, ocorrida em 2004, contrapõe a sociedade civil ao governo e promete esquentar os debates. Neste item específico, a Conferência quer a revisão da Lei de Biossegurança, “com impedimento à produção e comercialização de alimentos transgênicos, uma vez que ameaçam a soberania alimentar dos povos, causam danos irreversíveis ao meio ambiente, prejudicam a saúde e inviabilizam a agricultura familiar, por manter o controle das sementes nas mãos de grandes empresas”.

Outro ponto polêmico no qual o governo e a Conferência podem se chocar é o projeto de transposição do São Francisco. Ao mencionar a questão em seu discurso de abertura, o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) recebeu uma vaia da plenária. O documento base pede um debate mais amplo e maior investimento na revitalização - incluindo a realização de um plebiscito no semi-árido setentrional -, mas, entre boa parte dos delegados da Conferência, o posicionamento contrário ao projeto parece predominante.

Por fim, os agro ou biocombustíveis também serão um tema polêmico. Cuidadoso, a princípio o documento-base da Conferência não arrisca um juízo sobre um possível prejuízo que a produção de alimentos sofrerá com o incremento do uso do solo agriculturável na produção de energia, mas cobra um controle dos acordos bilaterais para que não haja interferência no abastecimento interno de alimentos. O tema é um dos principais pontos de debate do evento, que deverá apresentar, nesta sexta, um posicionamento mais claro.

### **Peso político**

Grosso modo, a Conferência enfatiza grande parte das demandas dos movimentos sociais do campo, como mais investimentos na produção familiar, agroecológica e soberana de alimentos, e reforça as críticas ao modelo agroindustrial hegemônico no país, principal responsável pela concentração de terras e pela exclusão social na área rural.

Em seus discursos, porém, os membros do governo, como Patrus Ananias e o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), apesar de manifestar apoio a agendas a limitação do tamanho de terras, a atualização dos índices de produtividade, a expropriação de terras onde foi detectado trabalho escravo (Patrus), e críticas ao latifúndio e às monoculturas (Cassel), advertem que a correlação de forças externas e internas no governo são o verdadeiro fiel da balança no estabelecimento das políticas de Estado. Ou seja, é preciso levar em conta a existência de interesses conflitantes, e há que se negociar o possível.

”É importante que conflitos de interesses seja explicitados e que não simplifiquemos os debates. Vamos sonhar alto, mas com os pés no chão”, advertiu o ministro Patrus. E concluiu: “O agronegócio existe e tem poder. Temos que colocar os limites. Limites são fundamentais, mas não estamos [os movimentos sociais] sozinhos, existem outros interesses com poder”.

Questionado sobre o peso real das deliberações da Conferência na definição de políticas de Estado, Patrus ponderou que tanto a Conferência quanto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, composto por 17 ministérios e por representantes da sociedade civil, e responsável pelo encaminhamento das deliberações da Conferência junto ao Executivo) têm caráter consultivo e não deliberativo.

”O governo tem a responsabilidade de compor diferentes interesses, e o Consea não pode substituir os espaços institucionais, como o Congresso Nacional”, pondera, mas acrescenta: “o Consea tem muita força”. Perguntado ainda se, pessoalmente, enquanto secretário do Consea e ministro, defenderá as decisões da Conferência no governo, Patrus afirmou que será um aliado das decisões dos delegados, preservando, porém, seus posicionamentos políticos.

Depois da última Conferência, ocorrida em 2004, movimentos ligados à Via Campesina, como o MST, deixaram o debate argumentando que o governo desconsiderou grande parte das deliberações, principalmente ao legalizar o plantio de culturas transgênicas, cujo banimento havia sido deliberado na Conferência.

Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e professor da UFRRJ, o economista Renato Maluf, relator do Consea, considera o Conselho um espaço em que os conflitos de interesse do próprio governo são explicitados. No quesito eficácia, apesar de ter sido eficiente nas elaborações de propostas, no acolhimento e na execução das deliberações da sociedade civil, o Consea deixa a desejar. Segundo Maluf, é possível que a constituição do Conselho interministerial dê mais agilidade às políticas de segurança alimentar, uma vez que sua função é recolher contribuições e propostas de políticas e transformá-las em programas de governo, mas, sobre as deliberações da Conferência, o executivo “pode aceitar ou não e quem resolve é a política”.

**Cana toma espaço de alimentos** - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

Conab admite que milho, soja e trigo vêm perdendo áreas em MT, MG, SP e no PR

A firme demanda por biocombustíveis começa a alterar o cenário agrícola brasileiro. A exemplo do que vem ocorrendo em São Paulo, a cana-de-açúcar agora avança sobre áreas produtoras de milho, soja e até trigo. Ontem, o diretor de Logística e Gestão Empresarial da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto, admitiu que a cana-de-açúcar está tomando espaço do milho e da soja em Mato Grosso do Sul, no Paraná e em Minas Gerais.

É a primeira vez que um técnico do governo reconhece a pressão exercida pela expansão da cana para áreas produtoras de grãos. O alerta foi feito ontem, durante a divulgação do 10º Levantamento da Safra 2006/07. A entrada da cana de forma mais efetiva no Centro-Oeste poderá voltar a causar nova pressão na região da Amazônia Legal por novas áreas agrícolas ou áreas de pastagens.

'Efetivamente, a cana está tomando área do milho e da soja', disse Porto. Ele considera que o zoneamento agrícola é fundamental para o planejamento da ocupação do espaço agrário no Brasil. No caso do trigo, Porto destacou a redução no plantio do cereal no Paraná, maior produtor nacional, por causa da substituição de parte da área por milho, que tem preços mais vantajosos, e pela cana.

'Já existe uma concorrência efetiva - nesse caso, negativa - em relação ao milho no Paraná, onde a cana está absorvendo parte dessa área. É preocupante um produto da agroenergia avançar sobre um produto tão importante na alimentação brasileira', explicou ele.

Os dados do último levantamento da Conab para a cana-de-açúcar, de maio, apontam a expansão da cultura na comparação da atual safra ante 2006/07: em Minas Gerais houve aumento de 16,8% na área plantada; em Mato Grosso do Sul, 18%; e no Paraná, 25%. O próximo levantamento deve sair em outubro, em meados da safra no Centro-Sul, que se encerra em novembro.

A Conab confirmou ontem que a produção neste ano-safra atingirá o recorde de 130,5 milhões de toneladas em 2006/07, aumento de 6,5% ante as 122,5 milhões de toneladas no ciclo anterior. As boas condições climáticas e o aumento do uso de tecnologia foram dois fatores que puxaram o bom desempenho no ciclo.

Esse é praticamente o último levantamento da safra, já que 90% da área plantada no período já foi colhida. O crescimento da safra ocorreu a despeito da redução de 3,9% na área plantada. O bom desempenho é resultado de fatores climáticos favoráveis e do expressivo aumento nos níveis de produtividade.

O aumento na produção de milho é o maior destaque da safra, com alta de 18,9% ante o ciclo 2005/06, para 50,6 milhões de toneladas. No caso da soja, a projeção da Conab aponta aumento de 5,5%, para 58 milhões de toneladas.

## **Cassel destaca importância da agricultura familiar para soberania alimentar – Sítio Eletrônico do MDA – 04/07/2007**

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o Delegado Federal do ministério no estado do Ceará, Francisco Sombra, participaram, na terça (03) e quarta-feira (04), da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no Centro de Convenções Edson Queiroz, em Fortaleza (CE). O evento é uma iniciativa do Governo Federal para avaliar, entre outros assuntos, os impactos do modelo de desenvolvimento na produção de alimentos saudáveis.

O evento, aberto na noite de terça-feira (03) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é considerado o maior sobre segurança alimentar e nutricional em âmbito mundial. Na abertura dos trabalhos, na manhã de quarta-feira, o ministro destacou a importância da conferência. "Esta conferência acontece em um momento importante, em que o governo discute qual é o modelo de desenvolvimento ideal para o meio rural brasileiro", destacou.

Delegações de todos os estados brasileiros e representantes de 12 países – entre eles, Itália, Espanha, Portugal, Argentina, México e Angola – estarão reunidos na capital cearense até a próxima sexta-feira (6) para discutir a segurança alimentar no Brasil. Uma das metas do encontro é avaliar os impactos do modelo de desenvolvimento na produção de alimentos saudáveis e na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional da população.

Para Cassel, um ambiente próspero começa com a soberania alimentar onde o modelo ideal tem homens e mulheres produzindo. Ainda de acordo com o ministro, o desenvolvimento que se busca foca na produção de alimentos de qualidade, diversificados, com um meio rural sem desmatamento e com o combate ao êxodo rural. "Não é possível conquistar a soberania alimentar sem fortalecer a agricultura familiar e a reforma agrária", afirmou.

Entre os assuntos em debate estarão programas de transferência de renda, reforma agrária, agricultura familiar e alimentação escolar. Também serão avaliadas as ações e políticas públicas de erradicação da fome e da pobreza e apresentadas as experiências e projetos que mais se destacaram no País e no exterior.

### **Investimento crescente na agricultura familiar**

Na abertura da conferência, o presidente Lula garantiu aos agricultores familiares que não faltarão recursos para investimento. "Temos investido fortemente na agricultura familiar. Em 2003, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não chegava ao norte e ao nordeste. Os bancos não sabiam operar o programa. Hoje os gerentes aprenderam a dar o mesmo valor aos pequenos", disse.

Para o presidente Lula, a agricultura familiar tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar brasileira e, por isso, a reforma agrária é prioridade do governo.

O ministro refletiu sobre o trabalho realizado nos últimos anos na agricultura familiar e na reforma agrária. "Nunca se assentou tantas pessoas como nos últimos quatro anos. São 32 milhões de hectares, com 381 mil famílias. Temos investido fortemente em agricultura familiar, tanto que passamos de R\$ 2,3 bilhões de reais em 2002/2003 para R\$ 12 bilhões nesta safra 2007/2008", contou o ministro

## **MDS apóia projetos em Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias – Sítio Eletrônico do MDS – 04/07/2007**

Estados, Distrito Federal e Municípios interessados em obter apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional em Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, já podem enviar suas propostas. Edital relacionado ao assunto foi publicado nesta quarta-feira (04/07) no Diário Oficial da União e pode ser acessado no sítio eletrônico [www.mds.gov.br/programas/editais-2007-sesan](http://www.mds.gov.br/programas/editais-2007-sesan).

O principal objetivo do Ministério é estimular ações que envolvam a comunidade atendida por esse tipo de equipamento público de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de profissionais, como cozinheiros e auxiliares de cozinha, que também possam usufruir da oferta de qualificação e informações úteis relacionadas à alimentação e à nutrição. O recurso total para desembolso em 2007 é da ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo destinados a cada projeto selecionado o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

As propostas devem ser enviadas até o próximo dia 03 de agosto, por meio eletrônico, através do Formulário de Apresentação de Propostas – FAP (disponível no portal [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)) e para o seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 410, CEP: 70.046-900, Brasília – DF.

A classificação dos projetos vai levar em consideração os seguintes aspectos: localização em áreas prioritárias; risco de insegurança alimentar e nutricional da população (de acordo com resultado da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD 2004), Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD 2000); percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família; existência de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e percentual da população inscrita no Bolsa Família dentre o público-alvo do projeto.

## **Reforma agrária e agroecologia são destaque de Conferência em Fortaleza - Verena Glass - Carta Maior – 05/07/2007**

III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ratifica reforma agrária como estratégia para desenvolvimento econômico e social. Agricultura ecológica também é ressaltada.

FORTALEZA - A reforma agrária foi ratificada nesta quinta-feira (5) como política pública estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país pela III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que acontece esta semana em Fortaleza. A definição, que deverá ser encampada nas estratégias políticas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (o Consea, composto por representantes de 17 ministérios e da sociedade civil), deve ser mais um instrumento de pressão sobre o governo para agilizar o processo.

Além de cobrar uma “reforma agrária ampla, imediata e irrestrita”, que priorize agricultores sem-terra acampados, atingidos por barragens, expulsos de regiões de fronteira de países vizinhos, mulheres “arrimo de família” e jovens e famílias que vivem em situação de risco, a Conferência também estipulou como metas urgentes o estabelecimento de limite máximo das propriedades, com base nos módulos fiscais, a revogação da medida provisória que impede a vistoria de áreas ocupadas, a revisão dos índices de produtividade, a expropriação de terras onde é detectado trabalho escravo e o plantio de culturas ilícitas (como maconha), e a regularização das terras devolutas.

Por outro lado, durante o processo de votação do seu documento final, a plenária excluiu o ponto que versava sobre o crédito fundiário, mecanismo de financiamento da compra de terras por pequenos agricultores. A questão divide os movimentos sociais, por ser considerada por alguns uma “reforma agrária de mercado”, já que assentaria sem-terras não através do processo de desapropriação, mas pela compra de terra. Outros grupos defendem a política como paliativo à reforma agrária clássica.

Vinculada ao reconhecimento da urgência do acesso à terra como instrumento de segurança alimentar, a Conferência também deu destaque às práticas agroecológicas de produção agrícola, consideradas uma garantia de qualidade de vida e essenciais ao desenvolvimento dos assentamentos.

Nesse sentido, foi aprovada a proposta de uma política de promoção da agroecologia que preveja um programa massivo de crédito, com recursos, subsídios e incentivos fiscais que favoreçam a transição e a conversão agroecológica para o público do Programa Nacional de Agricultura familiar (Pronaf), incluindo povos indígenas e populações tradicionais. A Conferência também definiu a necessidade de criação de programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais, favorecendo a expansão de experiências como casas e bancos de sementes.

Um dos poucos representantes do MST na Conferência, Almir Xavier, membro da coordenação estadual do movimento em Pernambuco, avaliou que as definições da plenária somam para a luta pela reforma agrária, na perspectiva de que o acesso à terra faz parte de uma estratégia de soberania alimentar, mas que este não seria o foro mais adequado para discutir o tema, uma vez que os principais envolvidos no processo, como o Incra e os órgãos financeiros de crédito, por exemplo, não estão presentes.

Segundo Xavier, da forma que as políticas públicas estruturam os assentamentos – lotes e créditos individuais para cada assentado –, o trabalho em torno da segurança alimentar fica prejudicado. É por isso, explica, que os acampamentos do MST são os melhores espaços para desenvolver uma cultura de segurança alimentar e nutricional, pois, como as áreas são coletivas neste momento, fica mais fácil desenvolver uma produção coletiva e diversificada que aponte para a garantia de uma prática agrícola sustentável, com vistas à qualidade nutricional dos hábitos alimentares.

Por outro lado, alguns mecanismos de fomento da agricultura familiar propostos na Conferência são de grande importância também para os assentamentos. Entre elas, diz Xavier, está o projeto de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que tem

possibilitado a compra direta da produção dos assentamentos pela Conab e sua destinação para programas de cesta básica, alimentação escolar e outros.

### **Comunidades tradicionais**

Uma das grandes preocupações da Conferência, segundo o presidente do Consea, Francisco Menezes, foi garantir cotas de participação para representantes das populações indígenas, comunidade negra, quilombolas e comunidades de terreiro.

Além de incluir uma série de propostas que exigem das políticas de segurança alimentar uma adequação às realidades culturais e sociais das diferentes comunidades, a Conferência também demandou a regularização fundiária das terras indígenas, quilombolas, de ribeirinhos e demais comunidades tradicionais.

Outro item aprovado pela Conferência foi o acesso das comunidades indígenas ao programa Bolsa Família, defendido como um instrumento fundamental para os índios não aldeados e que vivem nos centros urbanos ou perto deles.

### **"Choque agrícola" eleva inflação em SP – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007**

IPC da Fipe sobe para 0,55% em junho, ante 0,36% no mês anterior; preço de alimentos tem maior variação desde 2002

Leite acumula alta de 25% em 2007; instituto, que também vê pressão do setor de serviços, eleva a 4,2% previsão da taxa para o ano

A inflação vive um choque agrícola. Leite, feijão, frango, ovos e frutas se destacam entre as principais altas. Essa pressão puxou a inflação para cima no mês passado, e a taxa subiu para 0,55%, ante 0,36% em maio.

O reajuste de preços no setor de alimentação fez a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) rever para cima a taxa de inflação deste ano. Prevista no início do ano em 3,5%, a taxa foi revista para 3,7% no meio do semestre e, agora, a Fipe estima 4,2%, diz Márcio Nakane, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor.

Em junho, os alimentos subiram 1,90%, a maior taxa mensal do setor desde o final de 2002. No acumulado do semestre, os alimentos ficaram 4,9% mais caros, contra a inflação média de 2,37%.

A Fipe reviu a taxa de inflação mesmo com o sensível alívio que a energia elétrica vai trazer para o índice neste semestre. A tarifa de energia fica 12,66% mais barata para os paulistanos. Por ser um item de peso nos gastos diários dos consumidores, essa queda vai gerar deflação de 0,53%, ou seja, percentual próximo da inflação de junho.

## **No bolso**

Os pesquisadores da Fipe constaram que o leite vem sendo o maior peso no bolso dos paulistanos. No mês passado, o produto teve aumento médio de 12,1%, acumulando 25% no primeiro semestre. O leite longa vida é o que mais subiu, com alta de 15,7% em junho, acumulando 33% no ano.

A alta dos preços do leite ocorre porque a oferta do produto está em queda no campo. Essa redução provoca uma disputa maior entre as indústrias, que, além de abastecerem o mercado interno, estão enviando mais leite para fora do país via exportação de derivados.

Apesar da forte alta nos preços do leite neste ano, o produto tem acompanhado a variação média da inflação. Ao completar 13 anos, o Plano Real acumula inflação de 179%. No mesmo período, o leite subiu 185%.

A alta nos preços do leite provocou reajuste também nos derivados do produto, que subiram 3,83% no mês passado. Juntos, leite e derivados geraram inflação de 0,24% em junho, ou 44% do índice total.

## **Reversão**

Nakane diz que o choque agrícola deve apresentar inversão neste semestre. Mas, se a pressão do leite e do feijão diminui, os consumidores podem se preparar para reajustes de frango, ovos, carne bovina e café, que estão com recuperação de preços na produção. O pãozinho, outro item de peso no gastos diários dos brasileiros, pode entrar nessa lista de reajustes. Mesmo com a previsão de aumento neste ano, a safra nacional de trigo seria apenas metade da registrada nos anos de 2003 a 2005.

Se os produtos agrícolas sobem e descem conforme a oferta, o mesmo não ocorre com o setor de serviços, outro item de pressão na inflação. Quando reajustados, esses preços permanecem -e não voltam a cair. O aumento de demanda interna auxilia essa tendência altista, segundo Nakane.

Dois itens exercem influência de baixa na inflação: álcool combustível e dólar fraco. No caso do álcool, a queda acumulada em junho foi de 10%.

Já o dólar fraco derruba os preços dos equipamentos utilizados pelos consumidores nos domicílios. Os preços dos televisores caíram 15% nos últimos 12 meses, e os dos aparelhos de som, 13%.



## **PAA é tema de debate em oficina da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** - Sítio Eletrônico do MDS – 05/07/2007

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um programa chave nas estratégias do Fome Zero do Governo Federal. Divididos em várias modalidades, ele deu tão certo que ao completar quatro anos de existência acabou virando modelo para exportação. Vários países da América Latina, Caribe e África estudam adotá-lo, com a recomendação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta quarta-feira (04/07) cerca de 30 delegados e convidados da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional disputaram vagas para ter o primeiro contato com o programa ou melhorar suas informações sobre o mesmo. O evento é realizado em Fortaleza.

Embora aparente alguma complexidade por conta de suas várias modalidades, o PAA é simples. Tem o objetivo de garantir preços e mercado para os pequenos agricultores e, na outra ponta, suprir as necessidades de pessoas em insegurança alimentar e nutricional. O programa tem dois Ministérios parceiros no financiamento: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também tem um papel importante na execução, juntamente com Estados e Municípios.

A forma de acesso ao programa depende da modalidade. Na Compra Direta, por exemplo, pode ser individual ou através de cooperativas, associações ou grupo informal. Na modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, a Conab compra de cooperativas ou associações. Na Compra Com Doação Simultânea, Conab, Estados ou Municípios também permitem o acesso individual, ou através de cooperativas, associações ou grupo informal.

Há um teto para o agricultor familiar vender seu produto no PAA, que é de até R\$ 3,5 mil por ano. Somente o Programa do Leite, que incentiva produção de um lado e consumo de outro, tem um limite maior, até R\$ 7 mil no ano. O Programa do Leite funciona apenas nos estados do Nordeste e Norte de Minas.

A importância do PAA pode ser avaliada pelos números de 2006. Ele operou R\$ 456 milhões no ano passado, auxiliando 150 mil agricultores familiares. O programa foi executado em 3.574 Municípios e movimentou 466,6 mil toneladas de alimentos beneficiando 7,6 milhões de pessoas.

Na oficina de quarta-feira (-4/07) a coordenadora Raquel Cossich, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, explicou a delegados de várias regiões do País a dinâmica do programa. Paulo Coutinho, da Conab, fez um apelo aos delegados e convidados para que orientem os agricultores de suas regiões.

**Lula defende etanol e descarta risco de falta de alimentos** - João Caminoto e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Para presidente, biocombustíveis levarão ‘democracia energética’ ao mundo

A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada ontem, em Bruxelas, na Bélgica, foi usada como tribuna para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu convidado de honra, defender o etanol das recentes críticas internacionais sobre destruição ambiental e insegurança alimentar.

Quarta-feira, um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) havia apontado que o aumento da produção de etanol e de biocombustíveis em países em desenvolvimento implicaria a elevação de 10% a 20% no preço internacional dos alimentos - prejudicando países pobres, em especial na África e na Ásia.

Ontem, diante de uma platéia de políticos, empresários e técnicos, Lula garantiu que as seguranças alimentar e energética não são incompatíveis e rebateu as críticas. “A experiência brasileira mostra ser incorreta a oposição entre uma agricultura voltada para a produção de alimentos e outra para a produção de energia”, disse. “A fome no meu País diminuiu no mesmo período em que aumentou o uso de biocombustíveis.”

Lula chegou de Lisboa ao centro Charlemagne, em Bruxelas, onde ocorria o evento, ao meio-dia. Posou para fotos com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e ingressou no auditório, onde era aguardado como convidado especial. Ao ser chamado a discursar, Lula fez uma contra-ofensiva de 23 minutos aos críticos do etanol. De início, garantiu que a produção de cana-de-açúcar para fins energéticos não oferece risco ambiental à Amazônia. “A produção de cana ocupa 0,4% do território nacional. Essa região fica muito longe da Amazônia, que não se presta a esse plantio.”

A seguir, enumerou exemplos de como o cultivo não implica a perda de lavouras para fins alimentares. Citando São Paulo, maior produtor de cana do Brasil, o presidente afirmou que “houve um aumento da produção agropecuária nas últimas décadas”.

Por fim, enumerou possíveis benefícios mundiais do biocombustível, entre os quais o que chamou de “democracia energética”. “Vinte países produzem energia para cerca de 200 países. Mas, com os biocombustíveis, mais de cem países poderão produzir energia.”

No início da tarde, em breve entrevista à imprensa, Lula respondeu aos economistas que elaboraram o relatório conjunto da OCDE e da FAO. “Esse estudo deveria apresentar quanto os preços dos alimentos subiram depois do aumento do barril de petróleo, de US\$ 28 para US\$ 70.”

## **Ritmo intenso de trabalho marca o penúltimo dia de Conferência, em Fortaleza – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007**

Mais de 1.300 delegados credenciados participaram nesta quinta-feira (05/06) da votação das proposições que vão compor o documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que termina nesta sexta-feira (06/06), em Fortaleza (CE). Durante cerca de seis horas de trabalho, eles lotaram o auditório Josué de Castro do Centro de Convenções da cidade, para avaliar e aprovar mais de 60 parágrafos do Eixo Temático 2, relativo à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar de temas polêmicos, como o que definia genericamente as populações tradicionais, até os que mais se exaltaram na defesa de suas opiniões consideraram positivo o conteúdo do documento que ajudaram a construir e que representará um reflexo fiel do que esperam sociedade civil e Governo Federal para o futuro da Segurança Alimentar e Nutricional.

“Fiquei um pouco chateada no início porque ninguém entendia a nossa posição”, comentou a delegada Lindinalda de Melo da Silva, representante da etnia Xokó, da aldeia Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha (Sergipe). Assim como o líder do Movimento Negro da Paraíba, José da Silva Almeida, ela engrossou a manifestação que protestou durante a plenária, para reivindicar a identificação de todos os grupos que integram as comunidades tradicionais, ou seja, populações indígenas, populações negras, comunidades quilombolas, de terreiros, ribeirinhos, extrativistas, caboclos e pescadores artesanais.

Outro pleito que acabou sendo atendido e incorporado ao texto do documento final foi a discriminação de gêneros todas as vezes que surgirem expressões que incluam homens e mulheres. Também houve divisão de opiniões os itens relacionados à correção do benefício pago pelo Programa Bolsa Família e à periodicidade para atualização do Cadastro Único (CadÚnico).

**Debate construtivo** - No tema política energética, foi aprovada a proposta que defende a não implementação do monocultivo como forma de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional. No que diz respeito à produção agrícola, a plenária defendeu a criação de um Programa Nacional de Mudanças e Sementes, com o objetivo de valorizar as tradições alimentares das comunidades e a proteção contra sementes manipuladas geneticamente.

“A discordância e o debate são saudáveis”, comentou o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano. “Aqui estão reunidas pessoas qualificadas, empenhadas em contribuir com a construção de um documento de qualidade, elaborado a partir do consenso entre segmentos diferentes da sociedade”. Ruano é um dos 133 delegados do Governo Federal que integram os 40 grupos envolvidos na elaboração do documento.

Para o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, “as propostas que estão saindo da Conferência darão uma base muito positiva não só pelo conteúdo, mas também pelo respaldo que elas trazem da aclamação que recebem na Conferência Nacional e das que vieram antes dela (as conferências estaduais e municipais). O próximo passo, segundo ele, é a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e das instâncias que farão parte dele, a Câmara Interministerial e o próprio Consea.

Ao final da tarde, após a votação do item do Eixo 2, a assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha, apresentou aos delegados as linhas para a condução das proposições relativas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Eixo 3, que serão submetidas à discussão e votadas na manhã desta sexta-feira (06/06), último dia de evento. A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é uma promoção do Consea e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

### **Sonho realizado** – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007

Fortaleza (CE) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe de Cláudia Correia cesta com produtos alimentícios

Vontade de Deus. Foi assim que a trabalhadora rural Cláudia Correia definiu o momento que viveu na noite de terça-feira (03/07), quando subiu ao palco e, sob as atenções de centenas de representações estaduais, autoridades e muitos flashes, entregou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma grande cesta de vime, cheia de doces, flores e artesanato típico do Ceará.

Por alguns segundos, durante a abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE), além do abraço de agradecimento, ela trocou rápidas palavras com a maior autoridade do Brasil que tanto diz admirar por dois motivos: pela simplicidade e pelo sangue nordestino. Como o dela. “Ele perguntou se o boneco que estava na cesta também podia comer”, contou, sorrindo.

Aos 32 anos, casada, mãe de Ana Caroline, de 13 anos, e Ana Carine, de 6, Cláudia é um dos 1.684 delegados inscritos para participar do evento, considerado o maior do mundo com o objetivo de consolidar as estratégias de combate à fome no Brasil. Apesar de não ser dona da terra que cultiva, é uma das mãos que tira do chão o feijão, o milho e a mandioca que contribuem com o sustento da família. Apenas uma vez viu o presidente – foi no dia 31 de janeiro de 2007, em Crateús, na inauguração da empresa Brasil Ecodiesel. Mesmo assim, nem deu para chegar perto. Na segunda-feira (02/07), véspera da solenidade, recebeu o convite do Consea do Ceará e, claro, não poderia perder a chance. O próximo sonho de Cláudia é mais simples: ganhar a foto em que aparece com o presidente, para guardar de recordação.

## **Participação popular marcou a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDS – 06/07/2007**

Idéias diferentes, vindas de todas as partes de um mesmo Brasil para consolidar o caminho do combate à fome. Quatro dias de muito trabalho e muitos debates – alguns polêmicos e controversos – para acertar arestas em torno do documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que vai nortear o Governo Federal na construção das políticas públicas do direito humano à alimentação adequada como dever prioritário do Estado.

Mais de 1.350 delegados circularam pelo Centro de Convenções de Fortaleza (Ceará) entre os dias 3 e 6 de julho, ao lado de convidados especiais, personalidades importantes - como José Graziano, Dom Mauro Morelli e Zilda Arns -, e delegações estrangeiras, que fizeram questão de compartilhar das experiências brasileiras. Representantes governamentais e sociedade civil sentaram-se lado a lado para aprovar item por item do documento-base, dividido em três grandes eixos de discussão sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nas estratégias de desenvolvimento, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A III Conferência é a segunda realizada durante o atual governo – a última foi em Olinda (PE), em 2004 -, sendo que desta vez sob a vigência da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), aprovada e sancionada em setembro de 2006. Fato esse considerado de extrema importância pelo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, em seu discurso de abertura, na presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e autoridades do Estado, na noite de terça-feira (03/07).

O encontro, promovido pelo MDS e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) Nacional, consolida os debates das conferências municipais e estaduais, nas quais foram indicados os delegados que vieram defender as propostas apresentadas em cada uma das regiões. E foi aí que se revelou o valor da diversidade: comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais, por exemplo, que conhecem bem a própria realidade, trouxeram suas contribuições e experiências. Para o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, o resultado da conferência superou as expectativas. “A qualidade dos debates foi muito boa, demonstrando o alto nível de qualificação das representações estaduais, tanto da sociedade civil quanto dos governos”, comentou, destacando o envolvimento de todos os participantes dos 60 grupos de discussão.

A assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha, diz que o que viu durante todos os dias de reunião foi uma demonstração de que a sociedade se sensibilizou e atendeu ao chamado para participar desse grande fórum de articulação. “O resultado da conferência revela que o Fome Zero tem cumprido o seu objetivo de mobilizar o País”, comentou.

Outra oportunidade proporcionada pelo encontro foi a de ser dado mais um passo em direção à aproximação das políticas públicas entre o Brasil e países da América Latina e Caribe. Representações da Guatemala, Colômbia, Equador, Peru, Nicarágua e Moçambique discutiram estratégias para consolidar futuras parcerias e troca de experiências já em andamento em cada país.

O evento foi marcado não só pela demonstração democrática, como também pela despedida do atual presidente do Consea, Chico Menezes, que termina a gestão iniciada em

2004, assim como a dos demais 57 conselheiros (40 da sociedade civil e 17 ministros de Estado e representantes do Governo Federal). A indicação do sucessor do economista e pesquisador Chico Menezes, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), será feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta despedida, Chico Menezes disse que "a emoção é forte" porque o evento é um marco da participação social na construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Ele avalia que uma das maiores expectativas agora é a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e das instâncias que farão parte dele, como a Câmara Interministerial e o próprio Consea.

**Diversão e muita festa** – Mas a Conferência não foi só discussão. O que não faltou foi agenda para relaxar depois de tanto trabalho. Desde o primeiro dia, apresentaram-se o Grupo de Maracatu Vozes da África, Dona Zefinha, João Barbosa e Paulo Barreto (voz e violão), Bonecos do Sesi, Tony Maranhão, o grupo Cordas que Falam (chorinho) e mais uma grande confraternização na noite de quinta-feira (05/07) no Centro Cultural Dragão do Mar, com direito a forró e show de humor, bem ao estilo cearense.

### **Alimentos pesam na inflação** – Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 07/07/2007

Grupo tem alta de 3,93% no 1o- semestre, três vezes mais que em 2006, segundo o IPCA

Desde março de 2003, os preços dos alimentos não subiam tanto para o brasileiro.

Com alta de 1,09%, o grupo de Alimentos e Bebidas foi o grande vilão da inflação em junho, levando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a variar 0,28%, repetindo a taxa de maio, segundo o IBGE. No ano, o índice ficou em 2,08%. E no acumulado de 12 meses, atingiu 3,69%, abaixo da meta de inflação do governo para 2007 (4,5%). No primeiro semestre, o grupo de alimentos subiu 3,93%, avanço mais que três vezes superior ao registrado no setor durante todo 2006: 1,23%.

— Devido ao aumento na demanda do mercado internacional e à escassez no mercado interno, o leite foi o item que mais contribuiu para a inflação no primeiro semestre.

O preço do produto cresceu 24,92% até junho, enquanto em 2006, apresentou crescimento de 3,40% — explicou Eulina Nunes, economista do IBGE, para quem a desvalorização do dólar e a perspectiva de uma safra 15% maior do que a de 2006 ajudaram a conter a inflação dos alimentos.

Além do leite, que chegou a ficar 12,40% mais caro em junho, houve as altas do feijão carioca (15,73%), cujas áreas produtoras sofreram problemas climáticos; e dos ovos (4,93%), devido a entressafra e efeitos do mercado internacional.

— Por outro lado, houve reduções nos preços de, por exemplo, arroz e frutas — disse Eulina.

Mas a inflação foi influenciada por outros reajustes em junho, ressaltou Eulina. É o caso de artigos de vestuário (0,91%) e salários dos empregados domésticos (1,11%).

A variação do IPCA foi contida pelo comportamentos de preços dos combustíveis — em queda de 1,69% em junho. A safra de cana-de-açúcar provocou uma redução de -12,35% nos preços do álcool e, em consequência, de 0,77% nos da gasolina.

Consumo de Índia e China pressiona Na avaliação de Solange Srour, economistacheefe da Mellon Global Investments Brasil, a alta dos alimentos confirma um

cenário de choque de oferta, com um aumento de demanda dos consumidores de China e Índia.

— Para o Brasil, esse cenário é bom a médio prazo. Isso porque o país é o segundo maior exportador de commodities do mundo — disse Solange, que, apesar da alta, projeta uma inflação de 3,7% a 3,8% em 2007.

— Não devemos ter problemas em manter a taxa na meta do governo. Para Luiz Roberto Cunha, economista da PUC-Rio, o aumento de demanda de China e Índia é positivo para a balança comercial do país.

— Há um problema de inflação no mundo. No caso do Brasil, só devemos ter uma inflação de 4,5% em dois anos — prevê ele.

O economista João Gomes, do Instituto Fecomércio-RJ, por sua vez, projeta um IPCA por volta de 3,5% para o fim do ano.

— As pressões atuais são sazonais, o câmbio está em baixa e a produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) indica aumento na capacidade de produção.

Tudo indica que a relação entre oferta e demanda se manterá favorável ao controle da inflação. Além disso, a média dos núcleos (em que são excluídas as maiores variações) apresentou um resultado positivo, uma desaceleração de 0,31% para 0,26%.

Segundo especialistas, os alimentos ainda devem exercer pressão sobre a inflação em julho. O leite, por exemplo, pode ficar mais caro, citou Eulina, do IBGE. Mas há outros fatores que vão pesar na apuração do índice: — A telefonia no Rio, em julho, vai registrar alta de 3,30%. O que é resultado da nova metodologia de cálculo, que precisa se adaptar às mudanças na cobrança, de pulso para minutos.

Eulina acrescenta que, por outro lado, os gastos com energia elétrica cairão em São Paulo — região de maior peso no índice.

— A inflação de julho vai depender do desempenho dos alimentos — concluiu a economista.

Indicador da terceira idade subiu mais A Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgou ontem o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que mede a variação da cesta de consumo de famílias compostas majoritariamente por pessoas com mais de 60 anos. No segundo trimestre, o IPC-3i variou 1,18% — acima do IPC-Brasil (0,98%).

No ano, o IPC-3i registra 2,77%.

Foi a habitação que pesou mais no bolso desse consumidor no segundo trimestre. Segundo a FGV, o grupo passou de 0,36% para 1,49%. O que respondeu ao impacto do aumento de empregados domésticos (de 1,16% para 4,31%). O leite, no entanto, foi o item de maior contribuição individual na taxa — com variação de 27,83% no primeiro trimestre.

A dúzia de ovos ficou em julho até 20% mais cara para o consumidor. É o efeito etanol — que aumentou as exportações de milho (matéria-prima do combustível) e elevou o preço do produto no atacado. O mesmo milho, aliás, é usado para rações para a granja dos produtores.

E o frio ainda reduziu a produção de ovos, ao mesmo tempo em que a demanda aumentou, tornando o produto menos farto no país.

Nos últimos 30 dias, os ovos ficaram cerca de 30% mais caros no atacado, segundo José de Sousa, presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio. A alta já chegou ao varejo.

Segundo levantamento do Instituto Fecomércio-RJ, o preço médio da caixa de ovos subiu de R\$ 2,23 (23 de maio) para R\$ 2,45 (30 de junho) — numa alta de 9,8% em menos de 30 dias.

No Princesa, por exemplo, nos últimos 30 dias, os ovos sofreram aumento de cerca de 20%. Ao longo da semana, a venda média por loja foi de R\$ 2,39 a dúzia, contra R\$ 1,99, em média, há 30 dias. No Prezunic, a dúzia de ovos custa, em julho, R\$ 2,53 (17,6% acima do preço de janeiro).

— Essa alta já é um reflexo do etanol, que demandou mais milho no mercado internacional.

E isso pode atingir o frango, que também sofre influências da carne — explicou Salomão Quadros, da FGV.

Segundo Cesar de Souza, presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Milho (Abimilho), o etanol fez o preço do grão subir 80% no mercado interno. E, no mercado internacional, a tonelada, que chegou a ser vendida abaixo do US\$ 100, é negociada na faixa dos US\$ 150.

— Todos os produtos com o milho em sua composição terão uma perspectiva de alta nos próximos meses — disse Cesar de Souza.

A confeitadeira Beth Gomes já sentiu o peso do reajuste. Ela prevê aumentos de preço em agosto em sua tabela: — Só ia reajustar no fim do ano. Mas, com alta de ovo e leite, terei que adiantar. (FR)



**Lula defende uma 'ação humanitária' na OMC** – Deborah Berlinck - O Globo – Economia – 07/07/2007

Em reunião do G-90, Amorim faz apelo por mobilização de países em desenvolvimento para fechar acordo de Doha

PARIS e GENEBRA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a postura do Brasil nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e afirmou que o país pede que a Rodada de Doha inclua “uma ação solidária, quase humanitária” voltada aos mais pobres. Em entrevista ao canal de notícias France 24, da televisão francesa, defendeu que um acordo sobre Doha não deve beneficiar os Estados Unidos, a União Européia (UE) ou mesmo emergentes como China, Índia e Brasil.

— Precisamos de um acordo que privilegie os países mais pobres do mundo. Não podemos, em pleno século XXI, ter um padrão de consumo elevado no mundo desenvolvido enquanto milhões de pessoas morrem de fome nos países pobres — afirmou Lula.

Ele ressaltou que o impasse com EUA e UE em Doha diz respeito “aos valores” em que as partes estão dispostas a ceder.

— Exigimos que os americanos reduzam os subsídios aos agricultores de US\$ 17 bilhões para US\$ 12 bilhões, e que a UE abra seu mercado agrícola aos países em desenvolvimento.

‘Se não negociarmos, fracasso é certo’, diz chanceler Lula afirmou que não há desacordo dentro do G-20 (grupo de países em desenvolvimento), que busca maior flexibilidade na abertura dos mercados agrícolas e considera a proposta européia insuficiente: — (A UE) Pede-nos muito em relação ao que está concedendo — afirmou. — Mas sou otimista, acredito na negociação.

Em Genebra, onde se reuniu com membros do G-90 (que inclui os países mais pobres do mundo), o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez um apelo para que os pobres se mobilizem e não se deixem dividir por intrigas.

— Os países em desenvolvimento precisam se mobilizar e, unidos, discutir as nuances — disse Amorim. — Se não negociarmos, é certo que teremos um fracasso. Mas, se negociarmos, podemos fracassar ou ter sucesso.

Apesar de muitos países duvidarem que a rodada possa ser concluída este ano, Amorim afirmou que o Brasil ainda acredita ser possível um acordo.

Ele ressaltou que a decisão, agora, é política: — Queremos uma verdadeira rodada de desenvolvimento.

Ainda não chegamos lá, mas temos de manter a mobilização e a pressão política.

**Nestlé: biocombustíveis elevarão preços de alimentos**

Em Paris, Lula também falou sobre biocombustíveis. Rebatendo as críticas européias de que o cultivo de cana-de-açúcar levaria ao desmatamento e até ameaçaria a Amazônia, ele voltou a afirmar que a região não se presta ao cultivo da planta, que ocupa apenas 1% das terras agricultáveis.

O presidente ressaltou que a produção de biocombustíveis vai beneficiar os países pobres, pois tanto a cana como os grãos usados no biodiesel podem ser cultivados na

América Latina e na África. E disse não acreditar que os biocombustíveis elevariam os preços dos alimentos.

Essa, porém, não é a opinião do presidente da Nestlé, Peter Braberk. Em entrevista ao “Financial Times”, ele alertou para um “significativo e duradouro” período de alta nos preços dos alimentos, devido à demanda de China e Índia e à produção de biocombustíveis.

(Com Deborah Berlinck, correspondente).

### **A magia do Brasil nos bastidores da Conferência** – Sítio Eletrônico do MDS – 07/07/2007

Foram quatro dias de trabalho, mas também de muita diversidade. A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE), misturou tudo o que havia de mais representativo no Brasil. Gente de todas as regiões, com suas histórias, suas tradições, suas expectativas. Cada um trouxe consigo a cara do seu Estado e, com ela, marcou cada instante desse grande encontro popular pelo combate à fome.

A cada momento de descontração durante o almoço musical e o lanche da tarde, era possível encontrar um pouco de tudo: a felicidade do agricultor familiar Eugênio Barbosa, que abraçou o ministro Patrus Ananias e vai levar a foto para Bezerros, no agreste paraibano; a conselheira do Acre (e ex-passista da escola de samba O Quinze), Sueli Silva, que deu um show de samba-no-pé ao som de *Brasileirinho*; o poeta capixaba Lauremi Luciano, autor do livro infantil *O que a onça comeu?*, sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan); sem contar a indiazinha idosa de Sergipe e sua pouca familiaridade com o garfo, tentando comer macarrão; a delegada que se emocionou ao ouvir os cânticos dos ancestrais na língua bântu; e o assédio ao presidente do Consea, Chico Menezes, de admiradores em busca de uma foto de recordação para mostrar aos amigos – e a paciência com que atendia a todos, com o mesmo sorriso.

Nos estandes, mais mostras da riqueza cultural e da criatividade do brasileiro que vestiu a camisa da segurança alimentar e nutricional. Além das surpresas do cardápio do Sesi - à base de caju, do hambúrguer, pizza e paçoca ao risoto, sem qualquer vestígio de carne -, tinha biscoitinho de castanha, panela de barro para peixada capixaba, complemento proteico e pó de espinha de piranha, artesanato de casca de bananeira dos quilombolas do Vale do Ribeira, brincos feitos de fundo de latinha, banana chips, doces de todos os tipos de fruta.

**Losan a R\$ 3,00** – Esse era o preço do livrinho infantil *O que a onça comeu?*, vendido pelo conselheiro do Consea do Espírito Santo, Lauremi Luciano. Em vinte páginas e vinte poemas, ele traduz para o universo infantil o significado da Lei 11.346/06. Autor de outros cinco livros, cuja tiragem de 2 mil exemplares é custeada muitas vezes pelo próprio salário, ele conta que resolveu unir o projeto de estímulo à leitura que desenvolve desde 2004 a questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional. "O livro também é muito bom para pessoas mais simples, pela facilidade de compreensão e leitura", explica.

**Do Alto Solimões** - Jacimar Gouvea é índia Kambeba, nascida na aldeia Camatiã, no Município São Paulo de Olivença no Alto Solimões, Amazonas. Casou com George Terena, um sociólogo formado pela Universidade de Meridan, no Mississippi, EUA, e mudou-se para Manaus. Militante aguerrida, acabou delegada em Fortaleza. Aos 35 anos, mãe de Daniel, 14 anos, e Yanine, de 5, se animou com a conferência. "É um começo.

Nunca tivemos uma oportunidade tão grande de dialogar, de fazer nossas propostas para políticas públicas efetivas, de defender nossos direitos no contexto de uma luta dos povos indígenas".

Aproveitando para vender seus trabalhos feitos com a palmeira ticum, Jacimara defende que entre os povos indígenas do Brasil, é necessário, de saída, analisar as especificidades de cada região. "No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a primeira necessidade é a demarcação de terras. No Leste está o problema da transposição do Rio São Francisco. Em outras regiões é grave a situação com a falta de uma sistema de saúde para os indígenas".

A Kambeba Jacimar aproveita para explicar o sobrenome português. "É a minha avó, mãe de meu pai, que é portuguesa e branquinha", brinca. O pai, ainda mora na aldeia do Alto dos Solimões mas acabou assumindo o sobrenome da mãe.

**Bombeiros** - Enquanto centenas de delegados discutem a Segurança Alimentar e Nutricional no Centro de Convenções Edson Queiroz, todo um sistema de segurança está funcionando. esse esquema está o trabalho de prevenção a eventuais princípios de incêndios e primeiros socorros, feito por uma guarnição do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Fortaleza.

Comandada pelo subtenente Cosmo da Silva, a guarnição comemora no último dia de conferência um balanço de "ocorrência zero". "Graças a Deus foi tudo normal", diz Cosmo. Ele e dos cabos Helder de Oliveira e Edilber Lopes ficaram admirados com o mosaico de riqueza e diversidade que delegados e convidados compuseram em uma semana de Conferência. "Foi muito bonito e colorido!" No embalo do encontro, eles contaram que as refeições no quartel do Bairro de Jacarecanga estão muito boas. "Agora tem até nutricionista cuidando da comida".

**Etanol não encareceu alimentos** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007

Mais uma onda de reação ao etanol. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que antes era favorável, agora mudou (por que será?). Associa-se à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para dizer que o álcool combustível é bom, tem futuro no Brasil, mas ameaça os preços dos alimentos. Uma estranha coincidência (será?) divulgar o relatório nas vésperas da reunião sobre o tema, em Bruxelas, onde Lula foi o principal convidado. Isso confirma apenas que o lobby da Opep ganha força e agressividade. Afinal, seus integrantes embolsam dezenas de bilhões de dólares vendendo por US\$ 74 o petróleo que produzem por US\$ 10 o barril.

É mentira deslavada! Lula reagiu à altura. Por que não falaram no aumento do preço dos alimentos quando o petróleo pulou de US\$ 28 para US\$ 74? Ninguém respondeu porque não tinha o que responder.

### **OS PREÇOS SUBIRAM ANTES**

Mas Lula perdeu excelente oportunidade para refutar a grande mentira endossada pela OCDE e pela FAO, a de que o etanol é a causa da elevação dos preços dos produtos agrícolas. Mentira, mentira deslavada e vergonhosa que precisa ser desmascarada. Por quê?

Nos últimos 12 meses, os preços de todas as commodities agrícolas, metálicas e minerais explodiram! E o etanol ainda nem havia entrado no mercado! Vamos aos números.

- 1) Em 12 meses, o índice em dólar de todas as commodities aumentou 22,7%, com base em 2000.
- 2) O das commodities alimentícias subiram 28,7%.
- 3) Dos metais, 23,5%.
- 4) De todas as commodities industriais, 17,9%.

A fonte é a revista britânica Economist, que publica semanalmente a evolução dos preços.

### **FOI A CHINA**

O que aconteceu? Ora, todos sabem. Peter Mandelson sabe, Susan Schwab sabe, Durão Barroso sabe. Mas não admitem e não dizem. Os preços de todas as commodities - e não só as agrícolas, senhores “protetores da humanidade” - explodiram quando a China entrou no mercado comprando tudo o que precisava. Alimentos, minerais, tudo. A culpa não é nossa. É dela.

Tomem nota, senhores que contestam; atente para isso, presidente: “Os preços dos alimentos aumentaram antes, muitíssimo antes de o etanol ter surgido como opção parcial para combater o aquecimento global. Ele não gera fome, gera a salvação ambiental. E essa fome consumidora dos países emergentes recém-chegados ao mercado vai continuar, pois a China cresce a 10,8%, a Índia, a 9,1%, e a Rússia, a 7,9%, sem contar outros asiáticos. Esse é um problema antigo e o etanol é novo.

### **EUA, TEIMOSIA IRRACIONAL**

E os EUA? Esse é um caso especial de teimosia inspirada em falso geopoliticismo. Eles insistem em produzir etanol do milho a um custo de US\$ 65, quando o etanol da cana não passa de US\$ 35. E ainda gastam US\$ 4,5 bilhões subsidiando a produção. Poderia ser compensador ante os US\$ 74 do petróleo, mas não é, pois este produz uma gama de produtos essenciais, como a nafta, não só gasolina.

Argumento: não queremos depender do etanol importado. Sim, mas continuam dependendo do petróleo em US\$ 74, que importam desse imprevisível Oriente Médio islâmico que fanatizou o petróleo e nos mantém como reféns?

Os americanos absorvem 21 milhões barris por dia e importam 60% do que consomem. Um dia, terão de optar entre importar etanol do Brasil ou aceitar um aumento ainda maior dos preços dos alimentos, provocado pela redução da área plantada com produtos agrícolas em favor do milho. É ilógico, é irracional, mas é isso. São cautelosos quanto à sua soberana independência, mas terão de se curvar ao etanol, como se curvam ao petróleo do Oriente

Médio, entre eles o do Irã. O problema é inteiramente deles, não nosso. Estamos investindo em 86 usinas até 2012. Teremos etanol para quem quiser, sobretudo para China e Japão, que está construindo gasodutos aqui.

### **MAIS IRRACIONALIDADE**

Os EUA taxam pesadamente o etanol de cana para proteger os produtores de milho, que subsidiam. Com isso, porém, pressionam o preço do etanol, do milho e de outros produtos que consomem internamente. E depois vêm culpar o etanol... Por que não deixar o nosso produto entrar por US\$ 35 para substituir o deles, de US\$ 65, e incentivar os fazendeiros para que continuem a produzir milho e outros grãos a preços menores para o mercado interno e também exportar, reduzindo as pressões inflacionárias?

### **E A AMAZÔNIA, HEIN?**

E agora os europeus, que, como sempre dizem sim, mas agem como não, querem defender a nossa Amazônia da invasão da cana. Querem também defender os países pobres que sofrerão com a alta dos alimentos, mas pouco ou nada fazem para ajudar as antigas colônias africanas, essas, sim, necessitadas de socorro. Eles são vítimas da corrupção endêmica de seus governantes, quase sempre ditadores sanguinários que roubam ou vendem os alimentos doados.

A culpa é nossa? É do etanol? Mentira escandalosa, que precisa ser desmistificada. Quanto à Amazônia dos europeus, dos americanos, da FAO, da OCDE, também é burrice ou má-fé. Escolho a segunda opção, pois os técnicos agrícolas europeus - mundiais - sabem perfeitamente que o solo amazônico não é apto para o plantio de cana. Mas outras culturas desalojadas pela cana podem invadir a Amazônia! Certo? Errado. A cana ocupa apenas 0,4% do território nacional, 2% das terras agricultáveis, refuta Lula

### **POBREZA? MAS ELA DIMINUIU!**

Mas aumenta a pobreza! Também não, embora haja muita exploração do trabalhador rural, o que deve ser combatido pela fiscalização, não com o fim do emprego. “A indústria do etanol já criou, diretamente, 1,5 milhão de empregos e indiretamente, 4,5 milhões, no Brasil”, afirma Lula, em artigo no Valor de quinta-feira. Mas no Brasil a pobreza diminuiu com o etanol, contra-ataca o presidente. Com a simples adição de 25% de álcool de cana reduzimos 40% do consumo e a importação de combustíveis fósseis. Mais: deixamos de emitir 120 milhões de toneladas de gás carbônico.

### **E OS OUTROS? HÁ SOLUÇÃO**

Certo, mas os outros países produtores de etanol não estão fazendo, refutam os europeus e as eternas carpideiras, fanáticas das ONGs que são contra o óleo combustível nas termoeletricas, a energia nuclear e as hidrelétricas que ‘ameaçam’ o ambiente (Ufa! Haja ignorância ou má fé!). Ora, se não estão fazendo isso, é problema deles. A solução não é

acabar com o etanol, mas não comprar desses países que o produzem com custos humanos e ambientais. \*E-mail: [at@attglobal.net](mailto:at@attglobal.net)

### **Conferência de Segurança Alimentar termina com aprovação da Carta de Fortaleza – Sítio Eletrônico do MDS – 09/07/2007**

Terminou na sexta-feira (06/07) a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a aprovação da Carta de Fortaleza, resumo do documento final do encontro, com as prioridades aprovadas durante os quatro dias de trabalho, dos quais participaram mais de 1.300 delegados de todo o País, representando a sociedade civil e governos municipais, estaduais e Federal. O próximo passo é enviar para as autoridades governamentais a síntese do que pensa e do que espera o povo brasileiro no que se refere às políticas públicas de combate à fome.

Entre os 14 principais pontos que deverão servir como diretrizes e reflexo da vontade das representações, estão o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a revisão da Lei de Biossegurança, com a suspensão da liberalização dos produtos transgênicos, e a definição de uma política energética sustentável que assegure a segurança alimentar e nutricional e limite o avanço das monoculturas.

O documento requer que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) seja orientada por seis diretrizes integradoras entre sociedade e governo, promovendo o acesso universal à alimentação adequada e saudável e a ampliação de ações para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Outra deliberação definida no texto da Carta de Fortaleza é o início imediato da construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan).

Apesar das reivindicações e da preocupação com temas importantes da pauta nacional, a Carta de Fortaleza destaca os avanços conquistados desde a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2004, em Olinda (PE), a partir da incorporação da política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, na agenda pública e a recriação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2003.

Além disso, refere-se à melhoria de vários indicadores da realidade brasileira, como a redução da pobreza e índices de fome e desnutrição, em função de políticas sociais de transferência de renda e proteção social, como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Proteção Continuada (BPC) e a previdência rural, sem contar o apoio à agricultura familiar a partir da criação do PAA.

**Missão cumprida na despedida** - A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi encerrada com a presença do presidente do Consea, Chico Menezes; do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano; da assessora especial do Fome Zero no MDS, Adriana Aranha; da presidente do Consea do Ceará, Regina Miranda; e da diretora da Unidade sobre Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Bárbara Ekwall. Em março, Bárbara chefiou a missão oficial ao Brasil para avaliar as ações de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), desenvolvidas no País com o apoio da organização.

Todos os delegados e conselheiros que colaboraram com o encontro foram homenageados com palmas e muitos agradecimentos. “Vocês foram a nossa força. Vocês foram a Conferência”, concluiu o presidente do Consea, Chico Menezes. Para o secretário Onaur Ruano a Conferência termina com a certeza do dever cumprido. “Decisões legítimas foram tomadas aqui e nós do Governo Federal temos um profundo respeito por elas”, concluiu.

### **Alimentos puxam alta do IPCA no semestre – Valor Econômico – Brasil - 09/07/2007**

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 2,08% no primeiro semestre, acima do registrado no mesmo período de 2006 (1,54%). Em junho, o índice ficou em 0,28%. A variação ficou acima das estimativas de analistas do mercado financeiro, divulgadas no boletim Focus do Banco Central (0,23%). Nos últimos 12 meses, a inflação chega a 3,69%.

A maior contribuição no semestre veio do grupo alimentos e bebidas, com alta de 3,93%, avanço mais que três vezes superior ao computado durante todo o ano passado: 1,23%. Só o preço do leite aumentou 24,92% até junho. Em 2006 ele apresentou alta de 3,40%.

Segundo Eulina Nunes dos Santos, da Coordenação de Preços do IBGE, a valorização dos preços do leite no mercado internacional, fruto da quebra da produção em países como Austrália e Nova Zelândia, está por trás dos aumentos do produto. "Além da opção dos produtores de exportar e conseguirem maiores rendimentos, os preços no mercado interno também estão crescendo e isso eleva os preços dos derivados", disse.

Em junho, a maior contribuição individual para o comportamento da inflação também veio dos preços do leite pasteurizado, que respondeu sozinho por 0,11 ponto. O preço do produto subiu 12,40%. Com isso, os derivados também apresentaram alta: o leite em pó subiu 3,45%; queijos, 2,77%; leite condensado, 2,74%; e creme de leite, 1,61%. Segundo Eulina, os preços do leite devem continuar pressionando a inflação em julho. Mas para a economista Renata Machado da MB Associados, a alta do leite é temporária. "Basicamente é um movimento temporário de demanda na Austrália", disse.

### **Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2007**

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, lançado nesta quarta-feira (27) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, alcança novo recorde: R\$ 12 bilhões disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Serão R\$ 2 bilhões a mais do que o previsto na safra 2006/2007 e cerca de 2,2 milhões de famílias acessando o crédito rural do Pronaf.

“O Plano Safra da Agricultura Familiar deste ano é uma conquista extraordinária de vocês, trabalhadores. O que tenho visto são trabalhadores da indústria voltando para o campo por causa do crédito, por causa do Luz para Todos, por causa da compra (direta) de alimentos”, ressaltou o presidente, na cerimônia realizada nesta manhã no Palácio do

Planalto, em Brasília, diante de uma platéia formada por representantes de movimentos sociais e de parlamentares.

Esse aumento de recursos justifica-se pela crescente importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do País. Ao todo, são aproximadamente 4,1 milhões de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, comunidades quilombolas e indígenas produzindo, gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo.

A agricultura familiar representa hoje 85% do total de estabelecimentos rurais. A melhoria de vida dessas famílias é condição para o desenvolvimento sustentado, pois elas são responsáveis por 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e pela matéria-prima para muitas indústrias. Além disso, contribuem com o esforço exportador a partir de várias cadeias de produção de que participam, representando cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 reúne uma série de medidas, como a redução nos juros dos financiamentos do Pronaf, o aumento de recursos para a assistência técnica e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como forma de qualificar a produção e impulsionar entre os agricultores familiares a adesão a tecnologias ambientalmente sustentáveis. Por isso, o MDA também criou uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO.

“Este é um conjunto de medidas que nos fazem afirmar, sem nenhum temor, que este é o maior e mais completo Plano da Agricultura Familiar em todos os tempos. É o maior pelo volume de recursos, um recorde absoluto, pela taxa de juros, que nunca foi tão baixa, e porque é capaz de agregar mais de dois milhões de famílias que temos no programa hoje. E é o mais completo porque, pela primeira vez, junto com o crédito temos um leque de políticas públicas que cobre todo o âmbito da agricultura familiar: seguro, assistência técnica, comercialização, agroindústria e desenvolvimento territorial”, enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Também participaram do lançamento o vice-presidente da República, José Alencar, os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e os presidentes do Banco do Brasil (BB), Antônio Francisco de Lima Neto, do Banco da Amazônia (Basa), Abdias José de Souza Júnior, e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, estiveram presentes.

Na cerimônia, ainda foram assinados termos de cooperação para incentivar a assistência técnica e extensão rural e a cadeia do leite.]

### **Taxas de juros menores**

Além do aumento de recursos, o Plano Safra 2007/2008 traz outros avanços em relação ao anterior. Na safra 2006/2007, os juros das linhas de crédito do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Na safra 2007/2008, os juros serão mais baixos, variando de 0,5% até 5,5% ao ano e beneficiando especialmente as famílias de mais baixa renda.

### **Ampliação dos limites de financiamento**

Há alteração do teto de financiamento de custeio dos Grupos A/C, C e D do Pronaf. Essa medida deve garantir futuras lavouras com máximo potencial produtivo e com menor risco de perdas, caso ocorram problemas climáticos como a seca, o excesso de chuvas ou



outros eventos desfavoráveis. Os aumentos dos limites de financiamento de custeio serão os seguintes:

- Grupo A/C – de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.500,00
- Grupo C – de R\$ 4.000,00 para R\$ 5.000,00
- Grupo D – de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00
- No Grupo E, o teto permanece em R\$ 28.000,00

### **Aumento dos limites de renda**

Outro avanço do Plano Safra 2007/2008 é a ampliação dos limites de renda para enquadramento dos agricultores familiares no Pronaf. A partir de agora, a renda bruta anual familiar de enquadramento passa de:

- Grupo B – de até R\$ 3.000,00 para até R\$ 4.000,00
- Grupo C – de R\$ 16.000,00 para R\$ 18.000,00
- Grupo D – de R\$ 45.000,00 para R\$ 50.000,00
- Grupo E – de R\$ 80.000,00 para R\$ 110.000,00

### **Ampliação dos serviços de assistência técnica**

Na safra 2007/2008, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Serão ampliadas as parcerias com os governos estaduais e, ainda, aperfeiçoadas as relações com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não-estatais. A prioridade será a ampliação dos serviços de ATER para os beneficiários do Pronaf, qualificando o Grupo B e os créditos para investimento das demais linhas, atendendo pelo menos dois milhões de agricultores e agricultoras familiares.

Para isso, há um montante de R\$ 168 milhões, que será utilizado proporcionalmente nos estados, capacitando 20 mil técnicos das instituições parceiras para atuar desde a divulgação do Plano Safra até a organização de arranjos produtivos nos estados e regiões.

#### **Linha Pronaf ECO**

A partir da safra 2007/2008, as famílias agricultoras dos Grupos C, D ou E do Pronaf poderão contar com recursos para investimentos destinados à implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável (como o uso da energia solar, eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e a substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Também poderão ser financiadas tecnologias ambientais (como estação de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem), armazenamento hídrico (como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição), instalação e ligação de água ou ainda pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

A nova linha permite o financiamento da silvicultura, isto é, atividades florestais utilizadas para a produção madeireira e não-madeireira. A linha apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos Grupos C e D e de 5,5% ao ano para as do Grupo E, com até oito anos de carência. O prazo de pagamento pode chegar até oito anos, caso a atividade

exija. Os limites de financiamento irão variar conforme o grupo do Pronaf e os recursos podem ser acessados de forma individual, coletiva ou em grupo.

### **Cadeias de combustíveis renováveis**

Além de fortalecer o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o MDA amplia o apoio aos agricultores familiares que atuam no setor de combustíveis renováveis. Serão mais de R\$ 10 milhões para essa finalidade. Os agricultores familiares também poderão financiar o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol.

A ação visa inserir a agricultura familiar em um dos setores agrícolas mais importantes para o País, além de contribuir para a redução do nível de poluentes na atmosfera e, conseqüentemente, do aquecimento global do planeta.

#### **Financiamento das atividades florestais**

A linha do Pronaf Floresta passa a financiar – além dos sistemas agroflorestais e do extrativismo ecologicamente sustentável – o manejo florestal e o plano de manejo. Os recursos do crédito da linha poderão ser aplicados em projetos que prevêm a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e a recuperação de áreas degradadas.

#### **Mais crédito para diversificação**

As famílias agricultoras que contratarem financiamento de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

Será possível, ainda, o financiamento de atividades que geram renda e que não estão incluídas normalmente entre as que recebem financiamentos do Pronaf. Os agricultores poderão ampliar e diversificar as atividades, investindo em artesanato, na produção de alimentos de consumo local, na criação de pequenos animais, no cultivo de plantas aromáticas e de uso medicinal, por exemplo. Além disso, as famílias do Grupo E do Pronaf passarão a acessar a linha Pronaf Agroecologia.

#### **Promoção da inclusão digital**

A partir da safra 2007/2008, sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade e ficar comprovado o retorno financeiro e a capacidade de pagamento do empreendimento financiado, as famílias agricultoras poderão obter financiamento para a aquisição de computadores e programas de informática.

### **Maior apoio aos produtores de leite cooperativados**

As cooperativas centrais ou singulares que comprovarem ao agente financeiro (mediante apresentação do balanço anual do ano anterior ao pedido de financiamento) que pelo menos 51% das receitas foram obtidas do processamento de leite e derivados, e comprovarem que têm no mínimo 70% de seus participantes ativos como famílias agricultoras enquadradas no Pronaf, poderão acessar as linhas de crédito do Pronaf Agroindústria e de Custeio das Agroindústrias Familiares.

#### **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar**

Na Safra 2007/2008, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) vai ampliar o número de produtos atendidos, permitindo, assim, que produtos regionais tenham uma maior participação. O programa garante a cada família um bônus sobre o saldo devedor do crédito do Pronaf no valor de até R\$ 3.500,00 por ano.

#### **Mais recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos**

O novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 contará com mais de R\$ 550 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo o MDA responsável pela execução de parte de suas modalidades e parte dos recursos, que chegarão nessa safra a superar os R\$ 100 milhões (no MDA). A ação engloba também recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

#### **Ampliação da faixa etária do Pronaf Jovem**

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, foram agregadas diretrizes da Secretaria Nacional da Juventude nas normas do crédito rural do Pronaf. Assim, a faixa etária do Pronaf Jovem passa a se adequar ao que foi adotado pelo conjunto das políticas de juventude do País. Agora, no Pronaf, quem possui idade entre 16 e 29 anos poderá acessar os financiamentos. Até a safra passada, a idade limite era 25 anos.

#### **Mais facilidade no acesso ao Pronaf Mulher**

As mulheres assentadas da reforma agrária e beneficiárias do crédito fundiário poderão acessar o Pronaf Mulher não apenas a partir da liquidação prévia de uma operação do Pronaf A/C, mas também a partir do pagamento de uma parcela da linha Pronaf A. Assim, mais mulheres deverão acessar a linha Pronaf Mulher, recebendo apoio e fortalecendo as suas atividades produtivas.

### **Gestores estaduais avaliam Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2007**

Cerca de trinta representantes dos governos do Maranhão, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins estarão reunidos, em Brasília, a partir desta quarta-feira (11/07) para avaliar e trocar experiências sobre a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar. O encontro, que prossegue até sexta-feira (13/07) e é promovido pela coordenação do programa no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), vai resultar em propostas e recomendações para o aprimoramento da execução do PAA nos próximos anos.

A abertura da reunião será feita pela coordenadora-geral do PAA, na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, Rachel Cossich, na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Em seguida, estão previstas orientações jurídicas relacionadas aos convênios do programa e linhas gerais do manual para a modalidade Compra Direta nos Estados. O coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), Aderval Costa, também participa do primeiro dia do encontro, para falar sobre a produção familiar nesses grupos.

No segundo dia (12/07), a programação inclui apresentação sobre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a execução do PAA pela Conab, com a presença do superintendente de Suporte à Agricultura Familiar, Marco Antônio Rodrigues Pinto. Sobre a importância da diversificação de alimentos nas refeições falará a coordenadora de Educação Alimentar da Sesan, Sabrina Ionata, e para as considerações finais, o diretor de Gestão Integrada da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, César Medeiros. No encerramento, estará presente o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano.

**União entre produtor e beneficiário** - O objetivo do PAA Compra Direta é facilitar a articulação entre o que é produzido pelos agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as demandas locais que precisam de apoio alimentar e nutricional, como creches, abrigos, albergues, asilos, escolas, hospitais públicos e equipamentos públicos da região (Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias).

Com relação aos produtores, a prioridade é dada aos enquadrados nos grupos A (assentados da reforma agrária), B (agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil), C (agricultores com renda familiar entre R\$ 2 mil e R\$ 14 mil) e D (agricultores com renda familiar entre R\$ 14 mil e limitada em R\$ 40 mil). A partir dessa integração, a meta do programa é garantir o desenvolvimento da economia local, o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria alimentar e nutricional dos beneficiários com as doações, tudo isso com geração de trabalho e renda no campo.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), implementado em 2003 pelo MDS, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Conab, governos estaduais e municipais, investiu até 2006 R\$ 1,063 bilhões do orçamento do Governo Federal, na compra de alimentos produzidos por 313 mil 407 agricultores. Cerca de 20,6 milhões de pessoas já foram beneficiadas com um volume superior a 830 mil toneladas de alimentos adquiridos em quatro anos.

Na modalidade Compra Direta Local, por meio de parcerias estaduais, nesse mesmo período, foram destinados R\$ 60,1 milhões para comprar a produção de 35 mil 885 agricultores familiares. Com isso, puderam ser atendidas 3,1 milhões de pessoas e 12.416 entidades sociais beneficiadas com 34 mil 422 toneladas de alimentos.

### **Serviço**

*II Reunião Técnica do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*

**Dias:** 11 a 13 de julho

**Abertura:** 9h

**Local:** Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), trecho 6, lote 75

## **Restaurante popular e o direito à alimentação – Sítio Eletrônico do MDS – 11/07/2007**

*\*Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Era 1994. Junto com a equipe da saudosa mas sempre presente professora Maria Regina Nabuco, então secretária municipal de Segurança Alimentar de Belo Horizonte, inaugurávamos o primeiro restaurante popular na cidade. Iniciativa pioneira, o novo equipamento tinha o propósito de oferecer uma alimentação saudável, de alta qualidade nutricional e custo baixo, acessível a todos. Havia muita gente que circulava pelo centro da cidade e precisava de um local para almoçar com dignidade e pagar pouco. O efeito do programa sobre promoção de segurança alimentar e nutricional na cidade foi internacionalmente reconhecido; outras cidades reproduziram o modelo; na capital mineira ele foi mantido e ampliado nas gestões que se seguiram à nossa, com os prefeitos Célio de Castro e Fernando Pimentel.

Voltamos para 2007. Exatamente 13 anos depois, aquele primeiro restaurante é reinaugurado, após uma ampla reforma financiada com recursos do governo federal. O restaurante popular agora faz parte de uma política nacional, trabalhando em rede com outros programas e ações que visam implantar de maneira efetiva no país uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. A estratégia é facilitar o acesso à alimentação, com especial atenção aos mais pobres.

Desenhado para cidades com mais de 100 mil habitantes, o restaurante popular tem um papel estratégico para promover o acesso a alimentos em centros urbanos de médio e grande porte porque se constitui como um sistema local integrado e descentralizado de segurança alimentar. A escolha dos municípios que receberão o equipamento é feita por um criterioso processo de licitação pública. A política começou a ser implantada nacionalmente em 2004 e de lá para cá contabilizamos 21 restaurantes em funcionamento, novos ou reformados. Juntos, eles respondem por 500 mil refeições por mês. Outros 57 estão em construção e mais 25 se encontram em fase de finalização de projeto, atendendo ao todo 85 cidades e três estados, com financiamento e apoio técnico do governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste ano, para o processo de licitação, ainda em curso, foram destinados R\$ 32 milhões para investimento em novos projetos.

Uma exigência na execução do programa é a padronização de procedimentos, um requisito importante para garantir que os restaurantes cumpram com os objetivos da política de segurança alimentar e se integrem com outras políticas de modo a explorar todo seu potencial. Por isso, os convênios, além repasse de recursos para construir e equipar os restaurantes, inclui visitas técnicas de acompanhamento. São consideradas as peculiaridades de cada região, mas sempre a partir da linha política de promover ampliação a acesso de alimentos.

Os restaurantes populares se articulam com outros programas de segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que destina recursos para compra direta e sem licitação da produção de pequenos agricultores, respeitado o limite anual de R\$ 3,5 mil por produtor. Também têm capacidade de se articular com os restaurantes os bancos de alimentos e os programas de produção coletiva, como cozinhas, hortas e pomares comunitários, e, complementando, os programas de educação alimentar. Além disso, os espaços dos restaurantes podem ser utilizados para aulas de educação alimentar e também de promoção de integração comunitária, com atividades culturais e de lazer.

Na perspectiva de integração das políticas, o potencial transformador do restaurante popular se intensifica, mostrando as possibilidades de promover uma mudança profunda na sociedade a partir e em torno da construção do direito à alimentação com qualidade, regularidade e quantidade suficientes ao desenvolvimento das potencialidades humanas.

Além de ser o primeiro e mais sagrado direito social, o acesso à alimentação também precede todos os demais. É, assim, o primeiro degrau sobre o qual se sustenta o mais vigoroso conceito de cidadania. Ao reconhecer essa condição de direito e elevar o combate à fome à condição de política pública, o governo cumpre com seu papel civilizador de acompanhar a evolução dos direitos. Superamos um passado recente de assistencialismo e clientelismo e, com isso, estamos vencendo a luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza.

**Fazenda diz que leite e milho vão continuar pressionando inflação** – Julianna Sofia –  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007

Depois de meses contribuindo para puxar a inflação para baixo, o comportamento dos preços dos alimentos, nos últimos seis meses, se tornou fonte de preocupação no governo. Nos cálculos dos técnicos do Ministério da Fazenda, a alta, principalmente dos produtos da cadeia do leite e dos associados ao milho, continuará pressionando a inflação até o final do ano.

A previsão da Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico) é que somente em 2008 o mercado interno consiga aumentar a oferta desses produtos, reduzindo a volatilidade dos preços.

"A médio prazo, acho que não haverá problema porque o próprio aumento de preços leva a um aumento da oferta doméstica, estimula a produção doméstica. O problema da agricultura é que você tem um ciclo de produção. O preço aumentou, não há uma saída a curto prazo", disse à Folha o secretário de Acompanhamento Econômico, Nelson Barbosa.

O grupo alimentação e bebidas representa cerca de 20% do IPCA, índice que serve de referência para as metas do Banco Central. No caso do leite e derivados, que respondem por 1,9% do IPCA, o secretário explica que o Brasil passa por um período de entressafra no mesmo momento em que o mercado internacional atravessa uma fase de instabilidade por causa da escassez de oferta e crescimento da demanda pelo produto.

A alta nos derivados de milho, segundo ele, vem em resposta ao aumento do consumo no mercado chinês e à fabricação do etanol nos EUA.

Na avaliação do secretário, com o aumento dos preços, o mercado doméstico deverá elevar o plantio do milho e, na pecuária, também deverá ocorrer uma expansão do rebanho ou destinação de mais cabeças para a produção de leite do que para o abate.

**Programas brasileiros de combate à fome ultrapassam fronteiras do País** – Sítio  
Eletrônico do MDS – 18/07/2007

Os programas federais desenvolvidos em Sobral (CE), especialmente aqueles voltados para pequenos agricultores, despertaram o interesse dos visitantes africanos

Um encontro que tem grandes possibilidades de render frutos e ultrapassar as fronteiras do Brasil colocou pequenos agricultores familiares do pequeno distrito de Jordão, em Sobral (Ceará), e representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe juntos, em torno do mesmo objetivo: reduzir as condições de insegurança alimentar, com geração de trabalho e renda para comunidades pobres.

O grupo estrangeiro, que representa a sociedade civil, faz parte dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop), convidado para participar do Projeto Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN), implementado pela ActionAid International, uma organização

não-governamental que trabalha em mais de 40 países em ações de combate à pobreza. Entre as principais iniciativas estão as relacionadas à garantia dos direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia e educação.

A semelhança entre realidades despertou o interesse principalmente pelos Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e de Cisternas, ambos executados com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além dos representantes dos Palop, participaram do encontro autoridades do governo e da sociedade civil do Equador e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) da Nicarágua.

O primeiro contato com os produtores ocorreu durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na capital cearense, no início de junho, quando a comitiva visitou a região, localizada nas imediações de Sobral e onde se concentra uma das maiores produções de alimentos da agricultura familiar – cerca de 25 mil quilos/mês, entre frutas e verduras. Com a garantia de compra dos produtos pelo Governo Federal, mais de R\$ 30 mil são liberados e repassados para o Restaurante Popular de Sobral e 19 instituições de assistência social, como abrigos, asilos e creches.

“Os produtores se sentiram valorizados no trabalho que fazem”, comentou a coordenadora do PAA em Sobral, Walderez Portela. “A oportunidade de trocar experiências com os estrangeiros foi muito boa para eles”. O distrito de Jordão é um dos 14 que pertencem administrativamente a Sobral e que, por se localizar na região serrana do Estado, não é tão atingido pela seca.

Segundo ela, os agricultores – um grupo de quase 50 pessoas - lembraram as mudanças na qualidade de vida das famílias e destacaram como maior vantagem a certeza do pagamento ao final de cada mês, ao contrário do que ocorria até junho de 2006, quando foi firmado o convênio entre o Município e o Governo Federal. Com a parceria, 268 pequenos produtores e mais de 1.124 moradores pobres puderam ser beneficiados. O recurso repassado pelo MDS foi de R\$ 600 mil e a contrapartida municipal de R\$ 32.400,00, para aquisição de 175 mil toneladas de alimentos.

A visita à região de Sobral incluiu ainda unidades de cisternas e o Restaurante Popular da cidade, que também integram os programas de Segurança Alimentar e Nutricional apoiados financeiramente pelo MDS. Na oportunidade, a equipe técnica do Ministério forneceu informações sobre os demais equipamentos públicos da área, como Cozinhas Comunitárias e o Banco de Alimentos, e sobre o Programa Bolsa Família, de transferência de renda, que já beneficia cerca de 11 milhões de famílias em todo o País.

### **Agricultores paranaenses destacam importância do PAA no apoio à agroecologia – Site Eletrônico do MDS – 18/07/2007**

Ecovida

A produção dos agricultores que integram a Ecovida é fruto de iniciativas voltadas para a agroecologia e o associativismo

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi um dos principais temas discutidos na manhã desta quarta-feira (18/07), durante o VI Encontro

Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, no Município da Lapa, Paraná. A oficina sobre o assunto, que reuniu mais de setenta pessoas, entre pequenos produtores, consumidores e comerciantes, esteve sob a orientação da coordenadora do programa no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rachel Cossich, e do diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto.

“Foi uma experiência muito boa, porque constatamos o quanto o PAA tem colaborado com os agricultores familiares”, comentou a representante do MDS. Segundo ela, o programa recebeu destaque como importante ferramenta de apoio à agroecologia e ao fortalecimento das pequenas produções, que já se sentem estimuladas a diversificar seus cultivos.

Atualmente, o PAA é considerado modelo de segurança alimentar e nutricional, com geração de trabalho e renda, e também com sustentabilidade ambiental e econômica. Além disso, tem chamado a atenção de outros países que também enfrentam o desafio de combater a fome. Durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida no início deste mês, em Fortaleza, delegações de países como Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, tiveram a oportunidade de conhecer boas experiências do programa no Ceará e trocar informações com dirigentes do Governo Federal sobre como adaptar o mesmo modelo em suas regiões.

O IV Encontro da Rede Ecovida começou na terça-feira (17) e prossegue até a próxima quinta (19), com a participação de mais de 1.000 pessoas, entre as quais integrantes de delegações estrangeiras. A Rede Ecovida, promotora do encontro, é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas, grupos informais, pequenas agroindústrias e comerciantes, com o objetivo de desenvolver e estimular iniciativas em agroecologia e associativismo. Conta com 21 núcleos regionais em cerca de 170 Municípios, dos quais participam 200 grupos de agricultores, vinte organizações não-governamentais e dez cooperativas de consumidores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

**Investimento federal** – O investimento dos governos Federal e do Estado do Paraná no PAA, em 2006, foi de aproximadamente R\$ 21 milhões. Em convênio com a Conab, o MDS investiu R\$ 10 milhões e beneficiou mais de 4.500 agricultores familiares, adquirindo uma produção superior a 5.600 toneladas de alimentos no ano, destinadas a 61.470 pessoas em 156 Municípios. Com o Paraná, o convênio foi de R\$ 11,7 milhões, para aquisição da produção de 6.250 produtores, o que representou mais de 7.850 toneladas de alimentos para 839.420 beneficiários de 242 Municípios.



## **Alimentação e dever do Estado - Patrus Ananias e Chico Menezes – Carta Maior – 19/07/2007**

III Conferência Nacional foi manifestação democrática, com participação dos mais diversos componentes da sociedade. Nela ficou reafirmada que alimentação é uma obrigação do Estado e direito de todos.

Historicamente, o direito à alimentação foi um tema mobilizador de segmentos sociais no Brasil comprometidos com a bandeira de um país sem fome. Tal enfoque foi resultado de um longo período vivido, quando a ausência de políticas públicas específicas permitiu que prevalecesse uma visão equivocada sobre a questão da alimentação, então tratada como filantropia.

Mas a alimentação é um direito, reconhecido como tal por organismos internacionais, como a FAO, que inclusive precede os demais direitos individuais, sociais e até mesmo políticos. Por isso, tem de integrar políticas públicas permanentes, em articulação e integração com outras políticas que ataquem os problemas sociais que produzem a situação de fome. Devem estar em sintonia também com a história dos movimentos sociais comprometidos com o tema, que podem atuar como importantes parceiros de política que reúna ações emergenciais e estruturais.

O reconhecimento da alimentação como direito é uma das mais importantes conquistas da área, que começam a ser contabilizadas a partir de trabalhos importantes como o de Josué de Castro, autor do renomado Geografia da Fome, e do sempre presente Herbert de Souza, o Betinho, com seu trabalho, a partir do Ibase, de mobilização contra a fome. Essas conquistas ganharam nova dimensão a partir do governo do presidente Lula, que se comprometeu a sistematizar essa história. O avanço qualitativo – e também quantitativo – começa com a proposta do Fome Zero, articulando políticas na área de segurança alimentar para facilitar e garantir acesso à alimentação, especialmente aos mais pobres. Na seqüência, temos a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, posteriormente incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na perspectiva de integração das políticas. A articulação e fortalecimento do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), também nas esferas estaduais e municipais, é outro avanço do setor. Ele integra o esforço do governo de reconhecer instâncias de interlocução com entidades representativas, valorizando os espaços de debate respeitando especificidades das funções do Estado e da sociedade.

O governo está empenhado na construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, investindo em políticas públicas efetivas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que prevê R\$ 12 bilhões para financiamento da próxima safra, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), além de equipamentos em centros urbanos, como os Restaurantes Populares. O governo também está em sintonia com os debates elaborados nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Exemplo disso é o cumprimento das metas fixadas na segunda edição das conferências, realizada em Recife,

sendo uma delas o reajuste da merenda escolar, que em 2007 conta com um orçamento de R\$ 1,6 bilhão.

A III Conferência Nacional, realizada em Fortaleza no mês de julho, apontou para a consolidação dos avanços mais recentes. Entre outras deliberações levadas à apreciação do governo, afirmou a disposição de que se aprofunde ainda mais a articulação de diferentes programas e ações vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitando a potencialização dos resultados obtidos com cada uma dessas iniciativas. Serve como exemplo a oportunidade de uma ação específica de educação alimentar junto aos grupos sociais que estão ampliando sua capacidade de acesso aos alimentos, fruto do Programa Bolsa Família.

Da mesma maneira, a Conferência manifestou a necessidade de que grupos específicos, como os povos indígenas e comunidades quilombolas, bem como populações de rua, nas áreas urbanas, tenham nas ações a eles dirigidas uma atenção especial para as suas especificidades. Trata-se de combinar medidas emergenciais com aquelas que possam resgatar esses grupos da condição que ainda estão relegados, como os mais pobres entre os pobres. Muito em sintonia com essa aspiração, o Presidente Lula comprometeu-se, na abertura do evento, a colocar esgotamento sanitário e água potável em 90% das nações indígenas e em 50% das populações quilombolas do país, até 2010.

Reunindo representantes de governo e sociedade, nas esferas federal, estadual e municipal, a Conferência foi uma expressiva manifestação da prática democrática, com a participação dos mais diversos componentes de toda a sociedade brasileira. E nela ficou reafirmada que a alimentação é uma obrigação do Estado e direito de todos os que aqui vivem.

Patrus Ananias é ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Chico Menezes é presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

### **Diretrizes para a segurança alimentar - Renato S. Maluf – Carta Maior – 20/07/2007**

III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aponta diretrizes para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, mas demonstra que a luta contra a pobreza terá de ser acompanhada de mudanças do modelo de desenvolvimento.

Com a participação de mais de 1.800 pessoas, entre delegados (1.346) da sociedade civil e de governos (federal, estadual e municipal), convidados nacionais (460) e internacionais (50), realizou-se na cidade de Fortaleza (CE) a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN), do dia 03 ao 06 de Julho de 2007. Organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), instância de participação social em políticas públicas da Presidência da República, a Conferência Nacional foi precedida de conferências preparatórias estaduais, subregionais e municipais nos 26 Estados e no Distrito Federal. A realização periódica de conferências tornou-se, nessa e em outras áreas, um procedimento importante de consulta social no

Brasil com vistas a avaliar programas públicos, evidenciar demandas sociais e sugerir prioridades de ação.

A principal atribuição da III Conferência era propor as diretrizes e prioridades para a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e para a formulação e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme prevê a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/06). A referida lei atribui ao CONSEA o papel de transformar as deliberações da Conferência em propostas a serem encaminhadas ao Governo Federal. Caberá à futura Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) examinar tais proposições e tomá-las como referência para formular a política nacional e para iniciar a instituição do sistema.

Uma síntese dos debates havidos na Conferência está contida na declaração final do evento comentada a seguir. Nela, o objetivo da SAN é associado a uma concepção de desenvolvimento socioeconômico, que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil, geradores de desigualdade, pobreza e fome e de impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. Um enfoque intersetorial implica que a política nacional de SAN deveria ser orientada por seis diretrizes integradoras de distintos setores de governo e da sociedade civil relativas (i) ao acesso universal à alimentação adequada e saudável, (ii) a sistemas justos, agroecológicos e sustentáveis de produção e distribuição de alimentos, (iii) a processos permanentes de educação e capacitação, (iv) a ações para os distintos grupos populacionais, (v) a ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, e (vi) à soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional.

A Conferência registrou não só os avanços do Brasil nos últimos anos em termos de incorporação política da SAN e do direito à alimentação na agenda pública (governamental e não governamental), bem como a redução da pobreza e a melhoria do acesso à alimentação. Destacaram-se as políticas sociais de transferência de renda e proteção social (Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada e Previdência Rural), a recuperação do emprego e do valor do salário mínimo, entre outros. Outras ações mencionadas foram a expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Por fim, ações inovadoras têm sido geradas a partir da crescente participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, tais como o Programa 1 Milhão de Cisternas e de convivência com o Semi-Árido.

Não obstante, a III Conferência constituiu um momento de afirmação de prioridades e caminhos tanto para a construção de processos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico com soberania e com segurança alimentar e nutricional como para a progressiva realização do direito à alimentação, começando pelas premissas de implementar políticas fundadas em valores democráticos, éticos e de direitos humanos. Vários dos pontos debatidos durante os quatro dias da Conferência revelam divergências e disputas entre interesses distintos presentes na sociedade e no interior dos governos, notadamente, aquelas proposições que implicam apoiar dinâmicas contra-hegemônicas. Entre esses pontos, inclui-se o que defende uma coordenação das políticas econômicas e

sociais de modo a subordinar o crescimento econômico a prioridades sociais e à sustentabilidade ambiental, mantendo e intensificando a recuperação da capacidade de acesso da população aos alimentos e o direito dos grupos mais vulneráveis à renda, de modo articulado à geração de oportunidades de renda e trabalho dignos, incluindo formas comunitárias e solidárias. Nesse mesmo plano encontra-se a perspectiva de fortalecer o Estado em sua capacidade de regular as atividades, distribuir riqueza e prover direitos, preservar o ambiente e promover a integração soberana entre os povos.

A declaração indica, mais especificamente, a necessidade de aprofundar a integração dos programas e ações de SAN, de modo a romper com a fragmentação setorial e incorporar as dinâmicas de desenvolvimento territorial. A adoção dos princípios e mecanismos de exigibilidade do direito à alimentação, por sua vez, é apontada como forma de expurgar práticas clientelistas e assistencialistas, e promover a cultura de reconhecimento e a efetivação de direitos. Atenção especial é conferida às políticas voltadas para os segmentos mais vulneráveis em face das exigências colocadas pela diversidade de gênero, geracional, étnica, racial e cultural e das pessoas com deficiência. A propósito, o processo preparatório e a composição dos participantes da Conferência expressaram a diversidade característica da população brasileira, levando à percepção de que esta Conferência serviu, também, como mais um momento de afirmação de identidades para além do tema que era seu objeto específico. É provável que isto se reproduza nas demais Conferências em face da emergência do tema da diversidade e seu reconhecimento público no Brasil.

Entre os temas enfatizados, sobressaem a reforma agrária e a promoção da agricultura familiar enquanto políticas estratégicas de desenvolvimento, ao lado da estruturação de uma política nacional de abastecimento que priorize esses segmentos e fortaleça o Programa de Aquisição de Alimentos. Outro campo diz respeito à promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável, com fortalecimento dos instrumentos de controle social, vigilância nutricional, fiscalização de alimentos e monitoramento da propaganda e rotulagem. Nessa mesma direção vão as proposições de instituir processos participativos de educação em SAN.

Em linha com a colocação do acesso universal à água de qualidade como direito humano básico e sua preservação, tema com presença certa nas discussões sobre SAN no Brasil e em várias partes do mundo, a III Conferência propôs a ampliação dos processos de captação de água das chuvas para consumo humano e para a produção no Semi-Árido. Essa proposição foi acompanhada de contundente manifestação da maioria dos delegados, que era contrária ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e que pediu a imediata suspensão das obras recém iniciadas, fazendo eco às críticas pela insuficiência das consultas aos setores sociais diretamente envolvidos e os possíveis danos socioambientais de um projeto que tem grandes negócios entre seus beneficiários.

Tema igualmente controverso e objeto de manifestações permanentes ao se tratar da SAN, a liberalização de produtos transgênicos foi novamente condenada, com a reafirmação da demanda de revisão da Lei de Biossegurança.

Como seria de se esperar, a III Conferência consagrou a incorporação da questão energética na agenda de discussões sobre a SAN, com a defesa de uma política energética sustentável que não comprometa a SAN, ofereça oportunidades à agricultura familiar e fortaleça sua capacidade de produzir alimentos diversificados, e regule e limite o avanço das monoculturas.

A ampla abrangência das questões abordadas, assim como muitas das proposições aprovadas, reflete a composição majoritária de delegados provenientes da sociedade civil (dois terços dos delegados, proporção também encontrada na composição do CONSEA) e a diversidade dos setores sociais representados. Esses fatores levam, naturalmente, ao questionamento da efetividade de um leque tão amplo de proposições que, ademais, dependem do seu acatamento por parte do Governo Federal. As Conferências são, elas mesmas, um exercício de interação entre Estado e sociedade civil, no qual demandas sociais e de setores econômicos são evidenciadas, compromissos estabelecidos e dissensos evidenciados, claro, com o grau de generalidade permitido por eventos com esse porte. Já os conselhos de participação social em políticas públicas como o CONSEA e outros, oferecem possibilidades adicionais de estabelecimento de pactos entre os setores de governo e de sociedade neles representados, com diferentes desdobramentos. No caso do Consea, órgão de assessoramento ao Presidente da República com composição interministerial, maioria de 2/3 de membros da sociedade civil e presidido por um desses representantes, esse formato faz com que suas deliberações sejam propositivas e não mandatárias ao Governo Federal. Daí que pode ocorrer o não-acatamento de deliberações, sobretudo em se tratando de temas sobre os quais não se produziu consenso no interior do Conselho.

As questões apontadas não retiram, ao contrário, reforçam a importância de dinâmicas como essas – realização periódica de Conferências articuladas a espaços públicos como os conselhos de políticas – para a construção da agenda pública do país e para a formulação, implementação, monitoramento e controle das políticas públicas. Há importantes desafios relativos ao reconhecimento desses espaços pelos governos e pela própria sociedade. Especificamente, colocam-se questões quanto à representação social (critérios de composição e mecanismos de indicação), às capacidades diferenciadas de participação e às dificuldades de envolvimento e coordenação das três esferas de governo.

Para além do aprimoramento das instâncias de Estado, porém, a experiência tem mostrado que a participação social nos espaços públicos de discussão de políticas públicas é tão mais eficaz quanto maior a capacidade de organização autônoma da sociedade civil que se alimenta, entre outras, das pressões oriundas dos movimentos e redes sociais.

Renato S. Maluf é professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA).

## **O apagão dos alimentos** – Odemiro Fonseca – O Globo – Opinião – 23/07/2007

O setor é um caso vivo de empreendedorismo privado e competição / No Brasil não temos disputa em educação. Temos excesso de demanda

O Brasil precisa fundar o Ministério dos Alimentos. A razão é simples — não há nada mais estratégico do que alimentos. Todos os dias 58 milhões de brasileiros entram em restaurantes e lanchonetes para se alimentarem quando fora de casa. Todos os dias, cerca de 60 milhões de brasileiros vão a algum mercadinho, feira ou supermercado em busca de alimentos para consumo dentro de casa. O leitor pode imaginar o caos que um apagão no abastecimento de alimentos acarretaria para todos nós.

Existem também razões sociais para tal ministério. O setor ocupa 18 milhões de pessoas, principalmente mão-de-obra não qualificada. E o ministério se encarregaria de plano de longo prazo; subsídios federais para capitalizar o setor; avaliações contra dados da FAO; regulamentação da profissão de alimentacionista; plano de valorização de pessoal; programas alimentares para crianças e idosos.

Entretanto, não existe preocupação com o abastecimento de alimentos.

O assunto não está na agenda política. A idéia de tal apagão soa ridícula. Ninguém defende ser o setor estratégico e nem propõe protegê-lo ou estatizá-lo. Entretanto os investimentos no setor são pelo menos quatro vezes maiores do que os investimentos em educação ou saúde.

De onde saem tais recursos? Afinal, não se vêem donos de restaurantes nas antessalas do BNDES e nem são lembrados em programas tipo PAC.

O abastecimento de alimentos é uma demonstração de como milhões de empresários, pequenos na maioria, descobrem o que milhões de clientes querem e mobilizam bilhões de reais em investimentos.

Sem oferta ou planejamento estatal (mas muito planejamento empresarial), sem nenhuma política industrial nem renúncias fiscais, sem crédito subsidiado. O setor é um caso vivo de empreendedorismo privado e competição bastante perfeita. Claro, temos muitos brasileiros que precisam de ajuda para se alimentarem.

E temos restaurantes e mercados péssimos. Mas eles não sobrevivem e ninguém pede ajuda ao governo para salvá-los.

E temos muita escolha e conveniência, não temos filas e restrições de oferta.

O setor corre o tempo todo atrás de clientes. Mais impressionante é que os clientes pagam muitos impostos, recolhidos na cadeia total. Na alimentação fora de casa, vão-se em impostos cerca de 46% do que gastam. Em alimentação dentro de casa, incríveis 35% dos gastos vão para o governo.

Se existisse algum ranking mundial de qualidade do setor de alimentos, estaríamos entre os melhores.

Bem ao contrário de outros setores que consideramos estratégicos, entre eles a educação, onde também vivenciamos um enorme apagão. Visitando o Rio, Gary Becker comentou que a razão da excelência da educação nos EUA era a competição por alunos. Existiria mesmo excesso de oferta para o mercado doméstico, o que explicaria a grande presença de alunos estrangeiros.

No Brasil não temos competição em educação. Temos sim excesso de demanda, não somente na educação pública, mas também pela melhor educação privada. Precisamos de competição por alunos, mas temos duas barreiras. Uma é a excessiva regulamentação — a nossa legislação inibe muito a oferta de escolas. A outra é cultural — odiamos a idéia de competição em educação.

Uma jornalista perguntou a Margaret Thatcher em São Paulo qual seria o papel do Estado em setores estratégicos. Ela respondeu com aquele jeito de professora severa: “Moça, eu não sei o que é um setor estratégico. Mas se tivesse que escolher um, eu diria que é o de alimentos.” A gente realmente não dá ouvidos à Lady Thatcher.

**Frei Betto ataca biocombustíveis** - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – 24/07/2007

Ex-assessor especial da Presidência se alinha com Chávez, Fidel e Evo ao atacar um dos principais projetos de Lula

Uma das idéias mais caras ao presidente Lula, o projeto de biocombustíveis é o mais recente alvo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Usando um e-mail planalto.gov.br, o Consea distribuiu ontem para seus correspondentes um artigo de Frei Betto, que foi assessor especial da Presidência e um dos conselheiros, chamando o programa de “necrocombustíveis” - necro é o prefixo de origem grega para morte.

O artigo de Frei Betto não foi nem mesmo escrito para o conselho ou para avaliação de seus integrantes. Foi publicado na sexta-feira pela Agência de Notícias da América Latina e Caribe. A assessoria do Consea o distribuiu por considerar que trata de tema que pode ser analisado pelos conselheiros.

O texto é duro com a política de biocombustíveis. Frei Betto usa os mesmos argumentos dos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, de Cuba, Fidel Castro, e da Bolívia, Evo Morales, que acusam os interessados de transferir a produção de comida para a de combustíveis. Evo, aliás, afirmou no domingo que seu país deve sofrer escassez de alimentos porque empresários brasileiros estariam comprando arroz e outros produtos bolivianos para produzir biocombustíveis. Ele classificou de imoral dar esse uso a alimentos.

No artigo, Frei Betto vai nessa linha. “Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica”, diz. “O entusiasmo de Bush e Lula pelo etanol faz com que usineiros alagoanos e paulistas disputem, palmo a palmo, cada pedaço de terra do Triângulo Mineiro.”

Frei Betto foi assessor especial de Lula até dezembro de 2004. Saiu dizendo que não tinha vocação para o serviço público. Recentemente tem feito críticas ao governo, especialmente à área social.

## **COBRANÇA**

Em junho, ele lançou o livro Calendário do Poder, uma espécie de diário de sua passagem pelo governo, em que cobra Lula e aponta, com mágoa e rigor, mazelas da administração.

Diz, por exemplo, que o Programa Fome Zero foi enjeitado pelos ministros na época: José Graziano, seu comandante, nunca liberava dinheiro, Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação barrava as iniciativas para divulgá-lo e José Dirceu (Casa Civil) não queria discuti-lo. O livro acusa o próprio Lula de abandonar as promessas de mobilizar os grupos sociais.

No livro, Frei Betto ironiza d. Mauro Morelli pela pressa em ter um cargo e reclama de invasões do publicitário Duda Mendonça sobre sua área. Também bate duro em Antonio Palocci (Fazenda) pela política econômica e critica a visão “excessivamente estatizante” do ministro Patrus Ananias no Desenvolvimento Social.

**Frei Betto critica 'necrocombustíveis'** – Gerson Camarotti – O Globo – Economia – 24/07/2007

Segundo amigo de Lula, programa brasileiro de etanol é predador de vidas

BRASÍLIA e LA PAZ. Depois dos ataques feitos por líderes internacionais, como os presidentes de Cuba, Fidel Castro, da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, o programa de biocombustíveis do governo começa a ser criticado no Brasil pelos próprios aliados.

Num artigo intitulado “Necrocombustíveis”, Frei Betto, ex-assessor especial da Presidência da República e amigo do presidente Lula, fez um ataque à bandeira de produzir combustíveis renováveis, como o etanol.

Ele diz que concorda com Fidel, quando diz que o ciclo encarece os preços dos alimentos.

O artigo, cujo título tem uma referência direta à morte (necro), era divulgado ontem na página do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que fica no site da Presidência da República.

“Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas.

Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis”, afirmou o dominicano e escritor.

Em outro trecho do artigo, ele é ainda mais contundente na crítica: “Com a expansão das áreas de cultivo voltadas à produção de etanol, corre-se o risco de ele se transformar, de fato, em necrocombustível — predador de vidas”.

Segundo Frei Betto, a expansão dessa lavoura no Sudeste empurrará a produção de soja para a Amazônia, provocando desmatamento. Ele também lembrou que a produção de cana no Brasil é historicamente conhecida por superexploração do trabalho, destruição ambiental e apropriação indevida de recursos públicos.

E ironiza a parceria de Lula com o presidente dos EUA, George W. Bush: “O entusiasmo de Bush e Lula pelo etanol faz com que usineiros alagoanos e paulistas disputem, palmo a palmo, cada pedaço de terra do Triângulo Mineiro”.

Ele conclui o artigo com um recado ao governo brasileiro: “Antes de transformar o país num imenso canavial e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar e eólica. E cuidar de alimentar os sofridos famintos, antes de enriquecer os heróicos usineiros.” No Palácio do



Planalto, o artigo foi ignorado. Um ministro ressaltou que Frei Betto não integra mais o governo e que tem todo o direito de ter opinião igual à de Fidel, Chávez e da indústria petrolífera. Outro ministro foi irônico: disse que não costumava ler artigos de especialistas no assunto.

A assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) informou que o artigo foi distribuído pela Agência de Notícias da América Latina e Caribe. Segundo o Consea, é tradição divulgar todas as tendências sobre o tema.

A polêmica se mantém na Bolívia. Ontem, um dia após Morales ter afirmado que há “escassez de alimentos” em seu país porque trigo, açúcar e arroz estão sendo desviados para a produção de biocombustíveis no Brasil, o ministro do Planejamento, Gabriel Loza, disse que o setor “nunca foi auto-suficiente” e o país é vulnerável nessa área.

### **Anvisa abre consulta sobre critérios para alimentos com transgênicos - Natalia Suzuki - Carta Maior – 26/07/2007**

Órgão do Ministério da Saúde quer participação da sociedade para criar normas de segurança de alimentos transgênicos. CTNBio diz que consulta é “atividade paralela” que pode ser um “desastre” para Lei de Biossegurança.

SÃO PAULO – A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) abriu consulta pública para a criação de normas para a liberação de alimentos que contenham organismos geneticamente modificados. A idéia é contar com a contribuição da sociedade para o processo de avaliação desse tipo de alimento.

A consulta pública vai avaliar 119 questões que poderão ser utilizadas como critérios a serem seguidos pelas empresas que pedirem autorização para liberar seus produtos com componentes transgênicos. Por sua vez, essas questões analisarão se os dados apresentados por essas empresas atestam a segurança para o consumo humano. A avaliação está dividida em quatro áreas de análise: modificação genética, organismos receptores, segurança alimentar e qualidade nutricional.

De acordo com a assessoria de imprensa da Anvisa, os alimentos que cumprirem os 119 itens terão um parecer favorável à aprovação comercial, mas enfatiza que esse parecer tem caráter consultivo. “A deliberação continua sendo da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). Se a Comissão vai acatar ou não esses critérios continua sendo da sua responsabilidade”, informa.

#### **Procedimento de liberação**

De acordo com Luiz Antônio Barreto Castro, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e membro da CTNBio, o Brasil optou, por meio da Lei de Biossegurança, por ter um órgão que fosse responsável por decidir as questões ambientais e de saúde humana relativas aos transgênicos. “Não dá para ter outra atividade paralela. Se a Anvisa adotar um

procedimento paralelo vai ser um absoluto desastre para a Lei de Biossegurança no Brasil. É o equivalente a revogar a lei”, afirma.

A CTNBio, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, recebe os pedidos de autorização comercial das empresas. De acordo com a Lei de Biossegurança, é a Comissão também que tem o poder de aprovar ou não a comercialização de organismos geneticamente modificados. A solicitação pode, então, ser enviada ao Ministério da Saúde por meio do representante deste ministério na CTNBio. Lá, uma outra comissão, da qual a Anvisa faz parte, avalia a requisição do transgênico e dá o seu parecer, cujo caráter é apenas consultivo e não deliberativo, como é a atribuição da CTNBio. Por esse motivo, a Anvisa afirma que não há nenhum conflito entre os órgãos e nem sobreposição de funções.

“Com critérios técnicos e objetivos, o processo terá mais transparência”, informa a assessoria da Anvisa. Para o órgão do Ministério da Saúde, além do consumidor, as empresas também serão beneficiadas com a iniciativa, porque elas teriam maior clareza sobre como fazer suas requisições.

Para o secretário do MCT, os questionamentos da Anvisa devem ser feitos antes de o processo de liberação ser concluído. “O trabalho do órgão é pertinente durante a fase de avaliação e antes que os produtos sejam liberados. Não dá para reiniciar o processo, depois de executá-lo”, considera Castro.

Hoje, não há normas específicas a serem seguidas pelas empresas que entram com pedido na CTNBio para a aprovação dos transgênicos. “A Anvisa está fazendo o que a CTNBio não faz. É uma iniciativa importante, porque o processo é desregulamentado. Não há padronização de estudos e nem especificação de normas para o uso de cobaias, a quantidade de campos [de pesquisa] necessária ou determinação de quem vai realizar esses estudos”, considera Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de Engenharia Genética da organização não-governamental Greenpeace. Segundo Vuolo, o procedimento também ajuda a Anvisa e o Ibama a cumprirem a fiscalização e a regularização dos organismos geneticamente modificados.

As contribuições à Consulta Pública 63, encontrada no seguinte link: [http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP\[19071-1-0\].PDF](http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP[19071-1-0].PDF), podem ser enviadas, até o próximo dia 10 de setembro, para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência-Geral de Alimentos, SEPN 511, Bloco "A", Edifício Bittar II, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70.750.546; para o endereço eletrônico: [gacta@anvisa.gov.br](mailto:gacta@anvisa.gov.br) ou pelo fax: (61) 3448-6274.

## **MST propõe ao Ministério do Desenvolvimento Social expansão do Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 26/07/2007**

A ministra interina Márcia Lopes recebe dirigentes do Movimento do Sem Terra (MST) em Brasília.

A ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, reuniu-se nesta quinta-feira (26/07) com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No encontro, do qual também participou o secretário interino de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, foi discutida a possibilidade de ampliar os programas do governo que também atendem aos acampados e assentados da reforma agrária. Uma das reivindicações é expandir o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra a produção de hortifrutigranjeiros e a distribui para escolas, creches, entidades socioassistenciais ou diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade. Os pedidos serão analisados Ministério.

*ASCOM/MDS - (61) 3433- 1068/ 34331021*

## **Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra – Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007**

Sonho de muitos: Rogério (primeiro em pé, à esq.) cultiva sua produção na terra onde nasceu

*No Dia do Agricultor - 28 de julho – muitos deles, apoiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, comemoram a segurança e a alegria de trabalhar em sua própria região*

Os segredos da terra só eles conhecem bem: deixá-la descansar para depois produzir, respeitar o tempo e os perigos do fogo, evitar tudo o que contamina o alimento e compromete a saúde das pessoas. “A terra não pode ser maltratada”, resume, com a sabedoria de quem nasceu e se criou no mesmo chão, Rogério Moura, um homem que aos 41 anos de idade até tentou a vida em Brasília, mas voltou logo para o distrito de Jordão, em Sobral, Ceará. Voltou para a mesma serra de clima bom na qual, aos 10 anos, aprendeu a plantar com o pai e mais sete irmãos. De estudo, só tem até a quarta-série do ensino fundamental, mas de experiência com a agricultura, difícil contabilizar o que acumulou durante mais de trinta anos.

Neste sábado, 28 de julho, quando se comemora o Dia do Agricultor, ele vai estar trabalhando, afinal, para a natureza a cronologia formal não faz diferença. O calendário que vale é o da lua, do sol, das estações, da chuva. Rogério é presidente da Associação Comunitária dos Moradores Sítio São Francisco e representa 81 pequenos agricultores familiares, hoje responsáveis pela qualidade dos alimentos servidos no Restaurante Popular de Sobral. “A terra não é nossa, mas o que a gente produz tem o mesmo valor que teria se fôssemos os donos”, garante.

E isso eles provaram, ao recepcionarem a delegação estrangeira que quis conhecer de perto a vida dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Rogério e seus companheiros tiveram a oportunidade de contar que hoje podem trabalhar na terra com mais tranquilidade porque não dependem mais do atravessador. “O dinheiro que a gente recebe é certo e dá para oferecer mais conforto para a família”, diz ele. As duas filhas, de 9 e 14 anos, estão na escola e, ao contrário do que viveu quando criança, estudam sem precisar assumir precocemente a lida difícil da roça.

Se o distrito de Jordão hoje está “com outra cara”, como Rogério mesmo diz, com certeza boa parte do mérito pode ser atribuída aos agricultores da região. “Toda terça-feira, a gente acompanha o carro que vem buscar a produção e levar para o Restaurante”, lembra. Tem produtor familiar até ultrapassou a cota mínima de produtos e já pode ajudar quem precisa mais. Milho, mandioca, feijão, hortaliças, e agora o aproveitamento total do caju, são apenas alguns dos principais itens da variedade agrícola do distrito, um dos 14 pertencentes administrativamente a Sobral.

Mais de 150 mil pequenos produtores foram beneficiados pelo PAA só no ano passado

**Programa que dá segurança** - O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um programa chave nas estratégias do Fome Zero do Governo Federal. Embora aparente alguma complexidade por conta de suas várias modalidades, o PAA é simples. Tem o objetivo de garantir preços e mercado para os pequenos agricultores e, na outra ponta, suprir as necessidades de pessoas em insegurança alimentar e nutricional. O programa tem dois ministérios parceiros no financiamento: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também tem um papel importante na execução, juntamente com Estados e Municípios.

Com a parceria entre Sobral e o Governo Federal, mais de 1.124 moradores pobres estão sendo beneficiados, além de outros 200 agricultores da região. A mesma estratégia que norteia o programa do MDS para a Agricultura Familiar, só no ano passado, apoiou mais de 150 mil pequenos produtores em 3.574 cidades do País, com a compra de 466.656 toneladas de alimentos, que contribuíram com a segurança alimentar e nutricional de 7 milhões e 667 mil brasileiros de famílias pobres. Tudo isso por meio de convênios e parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Mas, afinal, qual é o maior sonho na vida de um agricultor? “Ter o que comer e trabalhar para sua família sem nunca ter que sair de perto da terra”, responde Rogério Moura. Apesar de reconhecer a importância dos grandes produtores, para ele, a ligação do pequeno com a terra é muito maior. “A gente fica feliz quando vê o que plantou alimentando tanta gente”.

### **Serviço**

O Dia do Agricultor foi criado pelo Decreto 48.630/60, em comemoração ao centenário de criação do Ministério da Agricultura.

Há um misto de ideologia, irrealismo e simples desconhecimento técnico na oposição aos biocombustíveis. Fala-se, por exemplo, em competição entre o plantio de cana-de-açúcar e a produção de alimentos, quando, na realidade, nunca houve no Brasil, em tempos modernos, falta de alimentos: fome e subnutrição sempre foram consequência da escassez de renda, não de comida.

A despeito das afirmações a esse respeito de Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales — repetidas por Frei Betto em seu artigo no site da Presidência da República —, os biocombustíveis não ameaçam encarecer os alimentos no Brasil, em decorrência de uma suposta redução na oferta; nem vão produzir desmatamento na Amazônia, onde o solo seria usado para outras lavouras que, nessa visão, seriam expulsas para lá. Há disponíveis no território brasileiro dezenas de milhões de hectares de terra sem uso para abrigar essa fronteira em expansão do agronegócio.

É importante que a postura contra o desenvolvimento da produção de etanol não vingue. O Brasil está na vanguarda da produção de biocombustíveis, com pleno domínio da tecnologia em virtude da experiência acumulada desde o lançamento do Proálcool, na década de 70. Temos uma grande vantagem comparativa em relação aos outros países, notadamente os Estados Unidos, que são nosso principal rival nessa área.

O etanol americano é produzido a partir do milho — elemento de grande importância na cadeia alimentar, matéria-prima vital para rações —, de forma que naquele país é realmente válida a idéia de que a produção de alimentos será prejudicada; não há risco real de escassez, mas é provável um aumento de preços.

Não podemos abandonar o know-how que desenvolvemos a duras penas, ou imaginar que os ventos ou as marés sejam capazes, no futuro previsível, de substituir o petróleo. Há lugar para todas essas fontes alternativas na matriz energética brasileira. O etanol também não vai expulsar o petróleo, mas será um importante complemento — uma fonte de energia mais limpa, que temos condições de produzir em abundância e sem sérios efeitos colaterais.

O Brasil não pode perder a sua liderança na tecnologia do etanol

**Boa demanda por alimentos e bens duráveis** - Ivana Moreira e Carolina Mandl – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2007

A comercialização de bens duráveis vem batendo recordes na capital mineira. Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), alguns segmentos registram alta das vendas de mais de 50% sobre o primeiro semestre de 2006. É o caso dos carros novos, cujo salto nesta comparação foi de 53,6%. Nos calçados, o aumento foi de 37,6%; para os produtos alimentícios, chegou a 6,8%.

Segundo Fernando Sasso, economista da CDL-BH, o cenário macroeconômico, tem influência direta no consumo. 'O crédito mais barato, com prazos de pagamento mais alongados, tem impulsionado as vendas no varejo', explica.

Com base nos dados do primeiro semestre, que costuma ser o mais fraco para o setor, a Associação dos Atacadistas Distribuidores de Minas Gerais (Ademig) deverá rever sua previsão de crescimento anual. A estimativa era de avanço entre 6,5% e 7,5% em 2007, mas até junho a variação já superou 5,7%. Empresas como o grupo Martins, maior atacadista do país, prevêem crescimento do faturamento da ordem de 15% ao ano.

O aquecimento do varejo tem puxado também as indústrias do Estado. A Usicort, unidade de estampagem da Usiminas, informou que atingiu seu limite de capacidade, operando em três turnos desde janeiro na fábrica instalada em Betim. Para atender à demanda crescente da indústria automobilística, principal cliente da empresa, parte das chapas de aço está sendo cortada na própria usina da Usiminas em Ipatinga, no Vale do Aço.

Em Pernambuco, a maior demanda também se reflete em mudanças de estratégias industriais. A Mill Alimentos, por exemplo, decidiu ampliar seu portfólio, até agora restrito a derivados de milho, e expandir sua área de atuação para o Sudeste. "O consumo de alimentos está forte. Foi assim no primeiro semestre e deve continuar até o fim do ano", diz o diretor de marketing Ricardo Lyra.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

